

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA IZABEL COSTA LACERDA

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: das ofensas ao delito penal
Uma análise na cidade de São Luís

São Luís
2007

MARIA IZABEL COSTA LACERDA

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: das ofensas ao delito penal

Uma análise na cidade de São Luís

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha.

São Luís

2007

MARIA IZABEL COSTA LACERDA

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: das ofensas ao delito penal

Uma análise na cidade de São Luís

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Terezinha Moreira Lima

Profa. Dra. Maria Alice Melo

A minha família, que sempre foi meu porto seguro, por ter me dado apoio e estímulo, possibilitando que me aventurasse no mundo acadêmico.

A meu marido, Lacerda e minha filha, Isabella pela paciência que demonstraram com as horas de convivência, que lhes foram furtadas e pelo amor e credibilidade depositada.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, pessoa que aprendi a admirar e tenho dívida de gratidão, pela paciência e disposição em me fornecer clareza, nos escuros, que não foram poucos, em face da minha limitação no campo das Ciências Sociais.

Às Professoras Doutoras Terezinha Moreira Lima e Maria Alice Melo, pelas observações precisas, levadas a efeito quando da qualificação.

À Desembargadora Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães, amiga, por ajudar-me a concretizar este trabalho, me liberando do serviço para assistir as aulas presenciais do Mestrado.

Às diretoras e coordenadores das escolas pesquisadas, em permitir meu acesso em suas dependências para pesquisa de campo, bem como, contato com os alunos, professores e técnicos administrativos.

Ao meu colega Toni Imora, que me ajudou nos ajustes finais referentes impressão do trabalho.

Aos funcionários da Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pelo espírito de cooperação com os alunos.

Aos colegas do Curso de Mestrado em Políticas Públicas, ano 2005/2006, pela possibilidade de ter desfrutado de suas companhias e amizades.

RESUMO

Esta pesquisa investiga como se configura a violência no âmbito das escolas públicas e privadas em São Luís, a partir das percepções dos alunos, professores, diretores e técnicos administrativos. Metodologicamente, foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, por meio de questionários aplicados aos alunos matriculados no segundo ciclo do ensino fundamental e ensino médio, nos turnos matutino e vespertino das escolas localizadas em bairros considerados como violentos e não violentos e de grupos focais, realizados com lideranças estudantis das mesmas escolas. A complexidade do conceito de violência é evidenciada, com base na literatura sobre o tema, que identifica múltiplas compreensões e tendências explicativas. São discutidas as concepções dos sujeitos pesquisados acerca da violência na escola e suas características, destacando os pontos de encontro e desencontro entre enfoques teóricos e essa visão e, ainda, as percepções desses sujeitos sobre as causas da violência no ambiente escolar. Ao final, são caracterizadas as práticas de violência no cotidiano da escola, no que diz respeito a homicídios, lesões corporais, brigas, constrangimento ilegal, ameaças, violência sexual (estupro, tentativa de estupro e assédio sexual), uso de armas, furtos e gangues, identificando autores e vítimas dessas ocorrências.

Palavras-chave: Violência na escola. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research investigates as if it configures the violence in the ambit of the public schools and private in São Luís, from the students' perceptions, teachers, directors and administrative technicians. Methodology , they were used the quantitative and qualitative approaches, by means of questionnaires applied to the students enrolled in the second cycle of the fundamental teaching and average teaching, in the morning and evening turn of schools located in considered districts as violent and no violent and of focal groups, accomplished with student leaderships of the same schools. The complexity of the violence concept is evidenced, with base in the literature on the theme , which identifies multiple comprehensions and explanatory tendencies. The argued and conceptions are argued of the subjects searched concerning the violence at school and her characteristics, highlighting the points from encounter and disagreement between theoretical focuses and this vision and, yet, the perceptions of these subject about the causes of the violence in the school environment. To the final, are characterized the violence practices in the quotidian of school, in that tell respect to homicides, corporeal lesions, fights, illegal constraint, threats, sexual violence (rape, attempt rape and sexual blockade), weapon use, thefts and gangs, identifying authors and victims of these occurrences.

Keywords: Violence in the school. Human rights. Public politics

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Brigas.....	52
Gráfico 2	Ameaças	55
Gráfico 3	Violência sexual	57
Gráfico 4	Uso de armas	63
Gráfico 5	Tipos de armas	64
Gráfico 6	Roubos e furtos	66
Gráfico 7	Gangues	68
Gráfico 8	Consumo de drogas na escola	71
Gráfico 9	Consumo de drogas perto da escola	72
Quadro 10	Ofensas	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	VIOLÊNCIA NA ESCOLA: o debate teórico e a percepção da comunidade escolar em São Luís	29
2.1	A complexidade da reflexão teórica sobre violência	29
2.2	Concepção e características da violência na escola: encontros, desencontros entre enfoques teóricos e a visão dos sujeitos das escolas de São Luís	38
2.3	Percepção dos sujeitos pesquisados sobre as causas da violência nas escolas de São Luís	41
3	A REALIDADE DA VIOLÊNCIA NO DIA-A-DIA ESCOLAR: tipos, vítimas e autores	47
3.1	Manifestações da violência nas escolas de São Luís	47
3.2	Autores e vítimas da violência	75
4	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Violência é motivo de preocupação de todos e em todo o planeta terrestre. A sensação generalizada seja pelos noticiários ou por experiências vividas por cada um é de que hoje a violência atingiu status de epidemia. Temos a nítida impressão de que vivemos dias diferencialmente mais violentos, pois que esta tem aumentado em proporção geométrica. Em posição oposta, alguns advertem que a violência, em maior ou menor proporção, sempre acompanhou a trajetória humana.

Nos dias de hoje a violência se apresenta de forma diferenciada e insidiosa, criando perplexidade à Ciência. O pensamento lógico e racional possibilitou ao ser humano respostas mais adequadas às suas indagações, mas não conseguiu conter o ser feroz que habitava o fundo das cavernas.

Alguns exemplos de violências praticados nos tempos modernos são: genocídio, torturas, perseguições de todos os modos, depurações raciais e limpeza étnica, êxodo forçado de populações inteiras e grupos sociais indefesos, terrorismo de forma desumana, exclusão econômica, racial, social e religiosa, etc.

Por outro lado, há ocasiões em que o próprio desenvolvimento técnico-científico continua dando origem a novas formas de violência. A mesma ciência que possibilitou a cura de diversas doenças impôs um padrão de consumo que viola as consciências, manipulando habilmente as motivações, que tendem a encerrar o indivíduo numa rede invisível, fazendo-o prisioneiro, à medida que se sente mais livre, e fabricando armas de destruição em massa. Da mesma forma, essa ciência, que possibilitou níveis incomparáveis de produção de grãos, permitiu violência em escala incomensurável contra a natureza, destruindo matas e florestas, bem como dizimando espécies animais.

Muitas vezes, aliás, o cientista sequer imagina que a teoria terá aplicação prática. É exatamente isso que torna o uso da ciência algo delicado, que, em geral, escapa das mãos dos próprios pesquisadores. É assim, por exemplo, que a microfísica ou física quântica desemboca na fabricação das armas nucleares; a bioquímica e a genética, na de armas bacteriológica. Teorias sobre a luz e o som permitem a construção de satélites artificiais, que são conectáveis instantaneamente em todo o globo terrestre para a comunicação e informação, também são responsáveis por espionagem militar e por guerras com armas teleguiadas (CHAUÍ, 2002, p.285).

O mundo vive uma onda de violência e o Brasil tem se colocado nos

primeiros lugares do *ranking*. Dados publicados no Mapa da Violência IV, livro organizado e lançado pela Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Instituto Ayrton Senna, constatam que o Rio de Janeiro, em termos mundiais, é o estado campeão em violência. O Mapa da Violência se valeu de informações sobre homicídio, suicídio e acidentes de trânsito, ocorridos entre 1993 e 2002.

Nesta pesquisa, no quesito homicídio, o Brasil fica na quarta colocação, perdendo apenas para a Colômbia, El Salvador e Rússia, em ordem sucessiva de colocação. E, se considerarmos somente o Rio de Janeiro, entre vítimas de homicídios, na faixa etária de 15 a 24 anos, os números apontam que este estado supera a Colômbia, campeã no *ranking* geral. Desse modo, os números da pesquisa registraram que, durante o período mencionado, ocorreram no Rio de Janeiro, 118,9 mortes por cada grupo de 100 mil, enquanto na Colômbia o índice é de 116.

A pesquisa ainda demonstra que em todas as regiões houve aumento do número de vítimas jovens, tendo crescido em 88,6% a taxa de assassinatos entre jovens de 15 a 24 anos.

Ressaltamos que esses dados não se constituem no exato quadro de violência vivenciado pela sociedade brasileira, se considerarmos que a pesquisa levou em consideração somente a ocorrência de crimes contra a vida e que, no Brasil, mesmo se computássemos outros tipos de delitos, como roubos, violências sexuais, os números não refletiriam a realidade, pois é sabido que somente uma parte ínfima desses tipos de crime é denunciada às autoridades competentes.

No Brasil, o debate sobre violência nas escolas começou nos anos 80, tendo como população-alvo os estudantes e o lugar social a instituição escolar.

Como as práticas mais violentas no meio escolar passam a se disseminar, no final da década de 80, observa-se um interesse, ainda que bastante incipiente, pela realização de pesquisas sobre vitimização no ambiente escolar. A investigação desenvolvida pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) em escolas públicas na cidade de São Paulo constitui uma das poucas iniciativas voltadas para essa questão (ILANUD, 2000).

De um modo geral, constatamos na pesquisa do ILANUD (2000) que, de um total de alunos pesquisados, as modalidades mais freqüentes de vitimização

foram o furto de objetos de pequeno valor dentro da escola (48,1% dos alunos), ameaça de agressão (36,5%), pertences danificados (33,1%) e agressão física por colega (4,6%). As violações auto-assumidas incidiriam sobre 25,4% dos alunos, que afirmaram de alguma forma ter depredado a escola; 1,9% que declararam ter levado armas de fogo; 8,9%, armas brancas.

Essa mesma pesquisa concluiu que os poucos diagnósticos realizados revelam que as unidades de ensino não vivem um quadro de violência generalizada. Comportamentos como ir a escola portando arma de fogo é bastante raro entre os estudantes paulistas (ILANUD, 2000).

O trabalho apresenta dados sobre o fenômeno e oferece informações importantes, capazes de caracterizar a violência no meio escolar no Brasil, sobretudo nos centros urbanos. Indicando, ao mesmo tempo, algumas lacunas e a necessidade de novas investigações para que essa área de estudo se consolide.

Segundo o trabalho de Abramovay e Rua (2004), há duas vertentes que vêm sendo investigadas. A primeira exprime tentativas de diagnósticos em âmbito local que, mesmo não oferecendo um quadro preciso sobre a dimensão, a diversidade e a magnitude da violência nas escolas, apresenta informações importantes sobre a ocorrência desses episódios em várias cidades brasileiras. Essas investigações são empreendidas, sobretudo, por organismos públicos da educação, associações de classe, de modo menos freqüente, por institutos privados de pesquisa ou por pesquisadores ligados às universidades. Nem sempre, diante das condições materiais em que se realizam ou das precárias definições de amostragem, permitem generalizações confiáveis. Não buscam criar um quadro teórico interpretativo sobre o fenômeno, mas oferecem indicações sob o ponto de vista do estímulo a novas pesquisas como do quadro em que ocorrem os principais eventos observados nas relações entre escola e a violência.

A primeira vertente reúne os estudos realizados por Martins (1996), Zaluar (1992), Peralva (2000), segundo as quais, o interesse científico pelo tema da violência em meio escolar, sobretudo aquela que ocorre nos grandes centros urbanos na sociedade brasileira, é parceiro do processo de democratização, à medida que, a partir do início dos anos de 1980, essa questão eclode com força no debate público. Isso acontece, de um lado, porque demandas latentes adquiriram visibilidade nos espaços possibilitados pela distensão política, propiciando maior abertura para as questões que afetavam a qualidade de vida da população das

periferias das grandes cidades, onde a segurança constituía problema importante e até hoje não resolvido. De outro, tratava-se, naquele momento, de lutar por uma maior democratização das instituições oficiais – sobretudo do aparelho de segurança – resistentes aos novos rumos trilhados pelo país. Mas é preciso reconhecer que a elevação da violência à condição de problema nacional no debate público decorre também de sua disseminação e diversificação no âmbito da sociedade civil. É no quadro de uma demanda de segurança por parte dos moradores das periferias dos centros urbanos que o fenômeno da violência dentro dos estabelecimentos escolares torna-se visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público e privado no Brasil, desde o início dos anos de 1980. Nesse momento, a mídia e, sobretudo, a imprensa escrita e a televisão, agem como espaço possível de ressonância de denúncias que afetam a vida dos estabelecimentos escolares situados na periferia de cidades como São Paulo.

Outra parcela de estudos da mesma vertente vem sendo realizada através de diagnósticos quantitativos sobre juventude que, têm sido conduzidos por organizações não-governamentais e por alguns institutos de pesquisa. Dentre esses, destacamos a UNESCO, que empreende, em parceria com várias instituições, pesquisas nacionais sobre jovens no Brasil, envolvendo as capitais. Tais pesquisas nascem particularmente a partir de 1997, o que configura claramente uma preocupação em decifrar certas condutas violentas de jovens, que atingem, também, os denominados setores médios da sociedade. Embora poucas ou algumas das questões sejam dirigidas aos jovens e seus educadores sobre o tema da violência no meio escolar.

A primeira pesquisa realizada pela UNESCO com jovens de Brasília apontava que nesse segmento, os rapazes estavam mais envolvidos do que as meninas em situações de agressões físicas, discussões e ameaças ou intimidações no interior da escola. Desses três tipos de conduta, a mais freqüente incidia sobre as discussões. Quase 55% do total de entrevistados se envolvia com esse tipo de prática, muitas ou às vezes, ocorrendo poucas diferenças entre homens e mulheres. As ameaças e intimidações envolviam 28% dos meninos e apenas 10% das meninas. As agressões físicas ocorriam em menor número, pois há porcentagens bastante elevadas de jovens que nunca se envolveram com práticas de violência (72% dos jovens masculinos e 93% das mulheres jovens) (WAISELFISZ, 1999).

O levantamento realizado por Abramovay et al. (1999) envolvendo jovens

das cidades da periferia de Brasília indicava que para 37,3% desses segmentos a escola não era local de violência; quase metade considerava a instituição como âmbito de média violência; e 16%, de muita violência. Esses jovens classificaram como muito violento: a televisão, os bailes, festas e shows. Dentre todos os ambientes citados, apenas a família é indicada, por ampla maioria (75% dos entrevistados), como local de não-violência.

Segundo Codo (1999), o único levantamento nacional que abordou o tema da violência em meio escolar, publicado em 1998, traz um retrato bastante sugestivo embora tenha sido decorrente de uma investigação realizada apenas com professores e identificou três tipos de situações mais frequentes: depredações, furtos e roubos que atingem o patrimônio, as agressões físicas entre alunos e as agressões físicas de alunos contra professores. Os índices dos estados quanto ao vandalismo, furtos e roubos, oscilam numa escala de 68% no Pará, na região Norte, a 33% em Alagoas e na região Nordeste. Aparentemente, não há correlação entre nível de desenvolvimento socioeconômico de determinado estado e os índices de depredação, mas a pesquisa verificou que os estabelecimentos de maior tamanho (com mais de 2.200 alunos) são os mais suscetíveis a essas práticas, acentuando-se aqueles que são localizados nas capitais. Segundo Codo (1999), a pesquisa também evidenciou que não existe relação entre a maior extensão de recursos de segurança interna nas escolas públicas brasileiras e as ocorrências de roubo e/ou vandalismo nos estabelecimentos, ou melhor, a existência de maiores problemas de vandalismo coincide exatamente com a presença de segurança ostensiva.

Batista e El-Moor (1999) argumentam em seus trabalhos que agressões a alunos dentro da escola são registradas pelos professores entrevistados, variando a intensidade por estado da Federação. Os índices mais altos incidiram sobre o Distrito Federal (58,6%) e os menores sobre o Estado de Goiás (8,5%). As agressões a professores no interior do estabelecimento são também registradas pelos sujeitos investigados, mas em menor número: Mato Grosso é o Estado em que os professores relataram o maior número de agressões (33% dos entrevistados) e o Rio de Janeiro (1,2%) apresentam os menores índices. Do mesmo modo, as práticas de agressões, tanto entre os alunos como contra os professores, são mais comuns nos estabelecimentos de grande porte e nas capitais.

Embora os resultados sejam bastante fragmentários, é possível considerar que os anos 1990 apontam mudanças no padrão da violência observada

nas escolas públicas, atingindo não só os atos de vandalismo, que continuam a ocorrer, mas as práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil. Dentre estas últimas, as agressões verbais e ameaças são as mais freqüentes. O fenômeno alcança as cidades médias e regiões menos industrializadas e não é evitado a partir de medidas de segurança interna nos estabelecimentos.

A segunda vertente reúne o conjunto de trabalhos realizados na academia e por alguns pesquisadores que as fazem isoladamente. A pesquisa nas Ciências Sociais vem incorporando nesses últimos vinte anos o tema da violência e seus vários desdobramentos, o que a torna um campo promissor de interesse dos investigadores.

Como pesquisadores dessa vertente aparecem Costa (1993), Rodrigues (1994), Guimarães (1998), que desenvolveram pesquisas de cunho acadêmico, procuraram examinar as relações entre a violência que ocorre nos bairros periféricos e favelas de alguns centros urbanos, sobretudo em regiões de domínio do crime organizado ou do narcotráfico e a vida escolar na cidade do Rio de Janeiro.

Esses trabalhos trazem questões importantes para a compreensão das relações entre violência e escola, apontando, principalmente, a influência do aumento da criminalidade e da insegurança sobre os alunos e deterioração do clima escolar.

Guimarães (1998) investiga a ação da galera funk e do narcotráfico nas escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro. A autora apresenta relato, de cunho etnográfico, que descreve a instituição escolar como refém do crime organizado, mas, ao mesmo tempo, como espaço de disputa entre grupos de jovens pertencentes a galeras rivais. A lógica do tráfico, que busca a ampliação do seu domínio territorial, e a lógica das galeras, que buscam expandir o raio de suas ações, a fim de se consolidarem enquanto grupo, invadem a unidade escolar, impedindo a sua ação educativa. Esse processo resulta em ampla frustração de expectativas das classes populares que ainda acreditam na educação escolar como instrumento de democratização social.

O tráfico de drogas e a disputa pelos territórios nos morros são consideradas as grandes causas da onda de violência nas escolas públicas do Rio de Janeiro pelas pesquisas de Costa (1993), Rodrigues (1994) e Guimarães (1998). Esses estudos também reconhecem os efeitos da banalização da violência sobre a

sociabilidade dos alunos e a existência de um clima tenso entre adultos e adolescentes ou dos alunos entre si, que afeta o conjunto da atividade escolar (COSTA, 1993; RODRIGUES, 1994; CÁRDIA, 1997).

Candau (1999) investigou, também, na cidade do Rio de Janeiro, o tema da violência escolar no universo dos docentes da rede pública, atribuindo seu crescimento como mais uma das expressões da violência social. A maioria dos entrevistados, segundo o autor acima, aponta a prática de agressões físicas e verbais entre os alunos como uma das modalidades mais freqüentes encontradas na sua experiência de trabalho. Relata, ainda, o mesmo autor a presença desse tipo de conduta partindo do mundo adulto (funcionários e professores), bem como as depredações e agressões ao patrimônio, como é o caso das pichações.

Esse conjunto de trabalhos sobre a experiência da violência e a relação com o universo no meio escolar na cidade do Rio de Janeiro, realizado por pesquisadores isolados, apresenta um quadro importante para a caracterização do fenômeno social e o ambiente estudado. Nesse caso, a violência observada no meio escolar retraduz parte do ambiente externo em que as unidades escolares operam, particularmente, em localidades dominadas pelo crime organizado.

Por outro lado, dada à inexistência de um programa conjunto de pesquisas, torna-se difícil estabelecer comparações entre realidades sociais, culturais e urbanas, compreendendo outras regiões e cidades brasileiras. E com esse limite, a ampliação do universo geográfico de investigações e estudos recentes desenvolvidos em outras cidades brasileiras traz elementos novos para a constituição do tema enquanto objeto de investigação.

Como é o caso do trabalho de Lanterman (2000, p.151), que investigou duas escolas em Florianópolis, no sul do país, marcadas pela sensação de caos e deterioração do clima diário das interações. Inspirada nos estudos franceses que recorreram à noção de incivilidade, a pesquisadora recompõe o quadro tenso das relações diárias e o mal-estar que atinge tanto alunos como professores. Em suas conclusões, verificamos que “não é possível afirmar que as incivildades se somam ou se transformam, ao longo do tempo, em crimes, como se fossem uma gênese daqueles acontecimentos mais graves”. No entanto, ressalta o fato de que os “limites anti-sociais das condutas, sendo ultrapassados, facilitam este indesejável avanço, ao lado da afirmação da ausência de poder (seja da sociedade em geral, dos educadores, dos pais, dos valores) que a isso se oponha” (LANTERMAN, 2000,

p.152).

Por sua vez, Camacho (2000), em sua tese de doutorado, examina o tema da violência escolar na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Vitória apresenta altos índices de mortes violentas de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, ocupando, de acordo com a UNESCO, o primeiro lugar no *ranking* das capitais. O caráter inovador desse estudo decorre do próprio universo de investigação, pois foram selecionadas duas escolas: uma particular confessional, destinada aos filhos das elites locais; e uma pública, freqüentada por alunos oriundos de camadas médias. Mediante observações prolongadas e entrevistas com grupos de alunos, a pesquisa evidencia modalidades diversas de relação entre os pares e destes com os adultos nas duas escolas investigadas. Descontentes com a interação mantida com os professores, os alunos da escola de elite optam por práticas de agressões, sobretudo verbais, na sala de aula, de maneira dissimulada aos olhos dos professores que, de modo geral, conduzem a aula sem grandes problemas com a disciplina. Os adolescentes da escola pública, que vivem em clima de indisciplina na sala de aula, encontram no recreio e nas demais horas ociosas os momentos de expressão das práticas de agressões não só verbais como físicas.

Se na escola particular, a prática da violência incide sobre aqueles que são portadores de diferenças sensíveis diante dos grupamentos formados espontaneamente, tais como: os negros, os suspeitos de homossexualidade, os mais gordos etc, na escola pública os diferentes (reconhecidos a partir dos diferentes estilos de seus grupos e condutas que os definem como membros de gangues) agrupam-se e se afirmam nessa situação ao praticarem agressões verbais e físicas contra seus pares.

Esses dados reforçam alguns achados da pesquisa “Violências nas Escolas”, da UNESCO, de 2002, que já apontava para um quadro classificado, no mínimo, como preocupante, devido ao impacto da violência sobre a aprendizagem.

A pesquisa da UNESCO, no Brasil, realizada em 13 capitais e no Distrito Federal demonstra que as situações de violência repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos como para professores. De um modo geral, o estudo constatou que os impactos mais significativos da violência são: alterar o ambiente da escola, tornando-o mais pesado; faltar às aulas e piorar a qualidade das aulas.

Embora esses estudos ainda não sejam suficientes, por focalizarem situações regionais, os resultados obtidos fazem um inventário das principais modalidades de violência, a saber: na década de 1980, prevaleciam as ações contra o patrimônio, tais como as depredações e as pichações; já em 1990, ganham destaque as formas de agressões interpessoais, principalmente entre os alunos. No fim dessa década, Sposito (1998) enfoca processos de macrorreferências, como a pobreza, a cultura de violência, o desencanto em relação ao lugar da educação, os recursos disponibilizados pelo sistema de ensino e a qualidade deles para explicar os fatores desencadeadores da violência.

Assim, podemos observar que as pesquisas acima mencionadas não contemplam apenas a violência física, mas enfatizam a crise ética e a política, além de darem visibilidade às violências simbólicas. Por exemplo, encontram um nexo entre a violência e a quebra de diálogo, da capacidade de negociação, que é a matéria-prima do conhecimento/educação.

Outro estudo sobre a violência nas escolas foi realizado pela Universidade de Brasília e demonstrou que a violência nas escolas constitui hoje uma questão nacional, a qual envolve as regiões do País, ressaltando que as situações mais graves estão concentradas em áreas urbanas.

Segundo essa pesquisa, a maioria das escolas das regiões que foram pesquisadas em nosso País, já sofreu algum problema de roubo ou vandalismo, sendo que a média nacional é de 56%, destacando-se o Nordeste com o maior índice (59,8%), conforme passamos a demonstrar através do quadro abaixo:

Tabela 1 – Incidência de violência em escolas brasileiras, por região

Região	Sem problema	Com problema	Total
Norte	44,7%	55,3%	100%
Nordeste	40,2%	59,8%	100%
Centro-Oeste	53,2%	46,8%	100%
Sudeste	45,7%	54,3%	100%
Sul	45,8%	54,2%	100%
Total	44,4%	55,6%	100%

Fonte: Segurança nas Escolas Públicas, UNB/IP/LPT, 1999.

Diante do exposto, constatamos que a violência que permeia a sociedade, e atinge particularmente os jovens, vem se agravando em intensidade nos espaços sociais nos quais ela se manifesta, especialmente no cotidiano escolar. Suas

manifestações em forma de balas perdidas, estupros, depredações, as brincadeiras cada vez mais competitivas, as brigas e agressões e outras formas de violência que se expressam nas ruas no entorno das escolas, adentrando seus muros.

O impacto da violência nas escolas é amplo e está diretamente relacionado com o aprendizado do aluno e à construção de sua cidadania. A escola representa um espaço privilegiado de socialização e, dependendo dos comportamentos promovidos, essa socialização pode ser construída com base em relações defensivas ou propositivas, mas é na promoção de mecanismos propositivos, como o diálogo e a participação, que as relações sociais deverão estar apoiadas para o desenvolvimento das crianças e jovens.

A instituição escolar tem sido permeável ao quadro da violência urbana, sobretudo em regiões marcadas pela presença do crime organizado e do narcotráfico. Os estudos de Zaluar (1994) e Peralva (2000) têm evidenciado não só o poder que lideranças criminosas exercem sobre o cotidiano dos moradores como as múltiplas relações que decorrem da forma individualista da sociabilidade voltada para o consumo, que afeta, em particular, os segmentos juvenis.

No entanto, a ausência de segurança e o incremento da criminalidade urbana por si só não traduzem a complexidade do fenômeno da violência no meio escolar. A ausência das políticas públicas no interior de algumas instituições públicas, como é o caso dos aparelhos da segurança, em particular, a polícia, articulada à fraca presença estatal na oferta de serviços públicos de natureza social destinado aos setores pobres é um fator a ser considerado na intensificação das práticas violentas nos bairros e escolas.

A complexidade do estudo sobre violência em meio escolar no Brasil decorre, assim, da sua interseção com o tema da violência social, sobretudo nos centros urbanos com os segmentos juvenis, adolescentes e jovens estudantes da rede de ensino público e privado. Mesmo estando articulados, um fenômeno não se dissolve no outro, exigindo instrumentos teóricos e recursos metodológicos de investigação capazes de facilitar a compreensão dessas conexões.

Como vimos, a instituição escolar vem enfrentando, no seu dia-a-dia, o incremento progressivo de dificuldades relacionadas a problemas internos, de gestão e também de fatores externos como o desemprego, a pobreza, a exclusão social e o tráfico de drogas, entre outros. Esses obstáculos têm demonstrado a necessidade de realizar diagnósticos e pesquisas sobre a violência no ambiente

escolar. Isso se deve, de um lado, à peculiaridade e ao caráter inovador da problemática e, de outro, à dificuldade de enfrentar as diversas modalidades que a violência assume no ambiente escolar, variando de intensidade, magnitude, duração e gravidade.

Depreendemos que a literatura tende a analisar o comportamento violento dos alunos em diversos centros urbanos do Brasil, focalizando os tipos de agressões mais comuns entre os autores envolvidos, mas é omissa em relação a São Luís.

Assim, acreditamos ser necessário colocar no centro das discussões acadêmicas o tema da violência no ambiente escolar em nosso Estado, desenvolvemos o presente estudo, elegendo como questão central de investigação: como se configura a violência no âmbito das escolas de São Luís, a partir das percepções dos alunos, professores, diretores e técnicos administrativos? Para respondê-las, buscamos alcançar os seguintes objetivos: evidenciar os tipos de violências praticadas dentro da escola; caracterizar as violências evidenciadas; identificar autores e vítimas da violência na escola; identificar a compreensão dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre os fatores causais da violência que se apresenta no ambiente escolar.

No Maranhão, especialmente na cidade de São Luís, ainda é desconhecida a matéria como trabalho de pesquisa, não temos um trabalho sistematizado, de maior amplitude, sobre essa questão na Academia. Fizemos um levantamento junto à Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão e outras instituições de ensino superior da rede privada e não encontramos nenhum registro de estudo sobre violência escolar no meio acadêmico.

Por parte dos órgãos públicos, tivemos acesso no momento da análise dos dados coletados de um trabalho de Mapeamento da Violência e Criminalidade, de iniciativa da Prefeitura Municipal de São Luís, desenvolvido pela Branas - Consultoria, publicado em janeiro de 2006, que traz dados de violência e criminalidade até o ano de 2005, ocorridos na cidade de São Luís.

Neste trabalho, foi desenvolvido no capítulo 2 o tema da “Percepção da Segurança Pública” que demonstra como subitem a “perspectiva escolar”, momento em que é trabalhada a questão da violência e criminalidade no meio estudantil, acrescentando, inclusive, que o tema é praticamente desconhecido.

Esse Mapeamento demonstra a presença da violência nas escolas de São Luís como assunto de relevância e que deve ser considerado na elaboração de um plano de prevenção e repressão da violência.

Ao estratificar a manifestação da violência escolar por tipos de ocorrências, verificamos que 25% das ocorrências são referentes a roubos e furtos. As agressões físicas representam 29% das manifestações da violência, enquanto 40%, é do tipo de agressão verbal, sendo este o mais comum.

O estudo demonstra que a violência em São Luís está presente em todos os bairros com grande similaridade de percentual, enfatizando que a região não é questão pontual, englobando todos os bairros num contexto maior.

Ainda sobre o assunto, conclui que:

O ambiente escolar também sente a manifestação da violência, refletindo o que vem ocorrendo na cidade, isto é, depois das agressões verbais e físicas, as maiores ocorrências são os roubos e furtos. Os atos de vandalismo na escola são praticados na sua maioria pelos próprios alunos. O mesmo é válido para a entrada de drogas com a participação em 35% dos casos. O uso de armas é sentido pela maioria dos alunos, sendo a arma branca a mais notada. Os mais jovens são os que mais sofrem as conseqüências da violência (SÃO LUIS, 2006, p. 88).

Outro trabalho desenvolvido em São Luís é pela Polícia Militar na prevenção das drogas com os estudantes da rede pública.

As demais notícias são de pequenos questionamentos sobre a matéria e entidades que se organizam, no sentido de repreender a violência, intensificando a guarda nas escolas. Por outro lado, as questões fáticas intensificam-se através dos Jornais que noticiam casos de violência ocorridos dentro de escolas. Um exemplo é o caso de um aluno da rede escolar privada "X", que disparou uma arma de fogo dentro da sala de aula, noticiada no Jornal "O Estado do Maranhão", dia 05 de dezembro de 2005. Outro é o caso registrado através de inquérito policial, que investiga uma tentativa de homicídio ocorrida dentro de uma escola da rede pública de ensino médio pela Delegacia de Homicídio do João Paulo.

A escolha da escola como campo empírico da presente dissertação se deu pelo fato da violência ocorrida, dentro dessas instituições comprometer o respeito aos direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, a formação e o desenvolvimento dos jovens e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A potencialidade da escola como instrumento democratizador, socializador e impulsionador da melhoria das condições de vida é amplamente reconhecida. A escola está presente em todos os países do mundo e aquelas que apresentam a qualidade desejada constituem-se em referências para as famílias e para a sociedade quando projetam o futuro de seus filhos. A escola é, em muitos sentidos, a porta privilegiada para a cidadania e para a construção da paz.

A Escola, aqui definida como a instituição de educar e socializar os indivíduos, é tomada como foco de investigação enquanto um agente social transformador.

Assim, adotando a perspectiva dos direitos humanos, através do princípio da não violência e dor, na promoção da dignidade da pessoa, em especial do jovem que é o maior prejudicado por encontrar-se dentro de um processo cíclico de violência e desrespeito aos próprios direitos e dos outros é que nos propusemos a contribuir com a produção acadêmica sobre a violência no ambiente escolar, através do desenvolvimento desta pesquisa, com a pretensão de subsidiar a formulação de políticas públicas e o direcionamento de atividades e a identificação de soluções nessa área.

O interesse pelo tema “Violência na escola” nasceu da inserção desta pesquisadora no magistério superior e como membro da comissão de ética, de uma entidade de ensino superior nesta capital, quando constantemente chegavam processos ou reclamações de agressões físicas e verbais entre alunos, furtos de celulares ou dinheiro que os estudantes portavam em suas bolsas, bem como do trabalho desenvolvido como Assessora Jurídica de Desembargador, no Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, na área criminal, onde são cada vez mais numerosos os processos na área, especialmente envolvendo jovens na faixa etária de 18 a 30 anos de idade.

Diante da atualidade do tema e da urgência de continuidade de luta contra a violência em nosso Estado, acreditamos que o estudo possa vir a contribuir para a produção de conhecimento nessa área específica e subsidiar entidades da sociedade civil e órgãos governamentais na elaboração e avaliação de políticas públicas, que visem modificar a situação da violência no ambiente das escolas em São Luís.

Considerando a impossibilidade de realizar um estudo científico, para a definição do universo da presente pesquisa, julgamos necessário, em primeiro lugar,

identificar as áreas geográficas da cidade que apresentaram maior e menor incidência de violência, nos anos de 2000 a 2005 e o maior número de jovens matriculados nas escolas, no ano de 2006.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, nos anos de 2000 a 2005, o Bairro com o maior índice de casos de violência foi o Anjo da Guarda, enquanto o Calhau e o Renascença representam os de mais baixos índices.

Dados os objetivos da pesquisa, selecionamos como campo da pesquisa o Anjo da Guarda e o Renascença, que concentram significativa quantidade de escolas. No primeiro, as escolas públicas são maioria, as poucas escolas particulares existentes atendem ao maternal, a pré-escola e ao 1º ciclo do ensino fundamental. No Renascença, encontramos a maior concentração de escolas da rede privada de São Luís.

Optamos por escolher os bairros mais e menos violentos com a pretensão de fazer um estudo comparativo entre as dimensões da violência na escola e nas implicações na identidade dos sujeitos envolvidos como autores ou vítimas de comportamentos violentos e detectar até que ponto a violência presente nos bairros atinge as instituições educacionais.

Vale ressaltar que o Anjo da Guarda e o Renascença são bairros com características bastante diferenciadas do ponto de vista social, econômico, cultural e de infra-estrutura. Verificamos, no bairro menos violento, construções de casas e prédios residenciais de padrão elevado da classe média, que os rodeiam por um comércio de lojas, restaurantes, academias de ginástica, clínicas médicas particulares, aproximadamente três shoppings, supermercados de grande porte, escolas, faculdades e universidades privadas, bem como inexistem escolas da rede pública, quer estadual, quer municipal.

Enquanto no bairro apontado como violento, percebemos um grande contingente de casas populares, feiras, inexistência de escolas da rede privada para o 2º ciclo do ensino fundamental e médio, uma pequena biblioteca pública e um grande número de jovens nas praças públicas durante o horário escolar. A infra-estrutura urbana é deficiente e seus moradores vivem em condições precárias, enfrentando uma grande carência quanto à segurança pública e convivendo em elevado índice de criminalidade e desemprego. Identificamos, ainda, um contingente de trabalhadores do setor informal e aqueles que trabalham com carteira assinada,

geralmente desempenham tarefas que não exigem maior escolaridade, tais como: limpeza, vigilância, cobradores de empresa de ônibus, etc.

Em seguida, procedemos a um levantamento na Secretaria de Educação do Estado do Maranhão e na Secretaria Municipal de Educação de São Luís, visando identificar as escolas com maior número de alunos matriculados no segundo ciclo do ensino fundamental e médio no ano de 2006, da rede estadual, municipal e privada, nos turnos matutino e vespertino, nos bairros mencionados.

A partir desse levantamento, foram selecionadas três escolas: uma privada, que oferece ensino fundamental e médio, localizada no Renascença; duas da rede pública, sendo uma municipal e uma estadual, no Anjo da Guarda.

A seleção de duas escolas da rede pública ocorreu em razão de ser do município a competência legal do ensino fundamental e de competência do Estado, o ensino médio.

Quanto às escolas federais, por constituírem um número reduzido, apenas três, sendo duas do ensino médio e uma que contempla o ensino fundamental e médio, decidimos excluí-las da composição do universo a ser pesquisado.

A escolha de escolas com maior número de alunos matriculados decorreu da recomendação da literatura nacional acerca do tema, especialmente Miriam Abramovay (2004), quando trata do assunto em seu livro “Violências nas escolas” e pela concepção de que quanto maior a concentração de jovens, portadoras de idéias e valores divergentes, maior a probabilidade de evidenciarmos o fenômeno pesquisado.

A seleção de escolas do turno matutino e vespertino, do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, busca atender a pretensão da pesquisa de investigar a violência no ambiente escolar, segundo a percepção da juventude estudante de São Luís. Concebemos juventude e adolescente como a parcela da população que se encontra na faixa etária dos 10 aos 19 anos de idade, tomando por base nas definições adotadas pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS). Para OPS/OMS, adolescência e juventude se diferenciam por suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. A adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange as idades de 10 a 19 anos e é dividida em etapas de pré-

adolescência, que vai de 10 a 14 anos, e adolescência propriamente dita, que vai dos 15 aos 19 anos de idade. Já o conceito de juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação dos indivíduos para assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto profissional.

Com esse entendimento, excluímos da pesquisa os estudantes do primeiro ciclo do ensino fundamental e os alunos que estejam matriculados no turno da noite, tendo em vista a grande maioria já contemplar idade superior a 19 anos, bem como, grande parte dos mesmos já assumirem o papel de adultos na sociedade, quer no plano familiar, quer no plano de trabalho.

No Bairro do Anjo da Guarda, a escola de ensino fundamental com maior número de alunos é a escola municipal “X”, com mais de 5.000 (cinco mil) alunos, de 7 a 14 anos, matriculados nos turnos matutino e vespertino na unidade central e nas unidades pólos, que ficam localizados no mesmo bairro. Sendo que a pesquisa somente foi realizada com os alunos matriculados nas 5^a a 8^a séries, compreendendo a faixa etária aproximadamente de 11 (onze) a 14 (catorze) anos, ocorrendo algumas variações de idade por série.

Ainda no mesmo bairro e com o contingente de jovens na faixa etária compreendida entre 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos, identificamos a escola estadual “Y”, com aproximadamente 3.000 (três mil) alunos, matriculados nos turnos matutino, vespertino e noturno, do ensino médio, sendo dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação. Aplicamos a pesquisa aos jovens na faixa etária de aproximadamente de 15 (quinze) a 19 (dezenove) anos de idade matriculados, nos turnos matutino e vespertino.

Dentre as escolas privadas, localizadas no Renascença, escolhemos pelo critério de maior número de alunos matriculados, a escola “W”, com aproximadamente 3.000 (três mil) alunos matriculados no maternal, ensino fundamental e médio, nos turnos matutino e vespertino. A pesquisa foi realizada com alunos matriculados da 5^o a 8^o série do ensino fundamental e 1^o ao 3^o ano do ensino médio, com faixa etária de aproximadamente de 11 a 19 anos, com variações de idade por série matriculada.

Para a realização do trabalho de campo, utilizamos técnicas que possibilitassem duas abordagens dos dados coletados: a quantitativa e a qualitativa.

Para a abordagem quantitativa, foram aplicados 900 (novecentos) questionários, no período de fevereiro a junho de 2006, aos alunos, professores, técnicos administrativos e direção das escolas selecionadas, para aferir a extensão do fenômeno em estudo. A escolha desse instrumento se deu em razão do seu alcance quanto à representatividade do universo analisado, pois permitiu atingir um grande número de sujeitos em um espaço de tempo mais curto.

Frequência 1	
Escola privada	Frequência
Alunos	387
Professores	14

Frequência 2	
Escola pública	Frequência
Alunos	475
Professores	24

Quadro 1 - Frequência de aplicação dos questionários

Dados os limites de tempo para a realização da pesquisa, selecionamos em cada escola que compôs o universo da pesquisa uma turma de cada série, por turno, através de sorteio. Em cada turma sorteada foi aplicado um questionário envolvendo todos os alunos e o professor que se encontrava presente na turma no momento da aplicação do questionário aos estudantes.

O questionário abordou as seguintes temáticas: dados pessoais (sexo; idade; cor; estado civil), percepção sobre a violência nas escolas de São Luís, tipos de violência, quem são autores e vítimas da violência que se apresenta no ambiente escolar e duas questões abertas.

As respostas foram digitadas no período de 19 de junho a 15 de julho de 2006, utilizando o programa Epi Info-2000, versão 3.3.2. Após o processamento, foram gerados os relatórios e feita a distribuição e cruzamento de variáveis.

Foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com os diretores das escolas e técnicos administrativos, conforme distribuído no quadro abaixo:

Escola Pública	Frequência
Diretores	04
Técnicos administrativos	10

Escola Privada	Frequência
-----------------------	-------------------

Diretor	01
Técnicos Administrativos	06

Quadro 2 - Freqüência de entrevistas semi-estruturadas

A abordagem qualitativa foi realizada através de técnicas grupais com jovens, estudantes considerados relevantes para o objetivo da pesquisa, visando compreender os fatores causais da violência que se apresenta no ambiente escolar.

O grupo focal é uma técnica de investigação qualitativa usada nas ciências sociais para buscar uma resposta aos porquês, possibilitando dar respostas às necessidades sociais mais urgentes de uma maneira rigorosa e científica (DAMASCENO; SALES, 2005), que permitiram entender o processo de construção da realidade vivida por um grupo específico.

Aplicamos essa técnica em cada estabelecimento de ensino do universo pesquisado, envolvendo os alunos, especialmente os representantes de turma e aqueles participantes de direção dos grêmios na escola pesquisada. A vantagem dos grupos focais centrou-se no seu poder explicativo dos fenômenos que estavam sendo analisados, aprofundando aspectos relevantes não captados pela abordagem quantitativa. Conseguimos, a partir dos grupos focais, identificar as percepções e as tendências de padrões de comportamento dominantes da violência no ambiente escolar.

Pelo seu caráter qualitativo, a técnica não exigiu uma grande amostra. Para determinar o número de grupos necessários, utilizamos a estratégia de saturação dos conteúdos. Essa saturação foi alcançada, quando ao aplicar o segundo grupo, na mesma escola, em turno diferente, verificamos que os conteúdos das entrevistas passaram a ser repetitivo e não apresentavam mais elementos novos.

Para a realização da pesquisa, foram compostos 06 (seis) grupos focais. Cada grupo era composto por 08 a 10 estudantes, concomitante ao período que aplicamos os questionários. Esses grupos foram divididos da seguinte maneira: dois grupos focais nas escolas da rede estadual; três grupos na escola privada (sendo dois alunos do ensino fundamental e um aos alunos do ensino médio, composto por alunos dos dois turnos) e dois grupos na escola da rede municipal, sendo um em cada turno.

Realizamos, em seguida, a análise dos resultados dos grupos focais, a fim de encontrarmos as informações emitidas pelos participantes, bem como os pontos de divergência e convergência. Essa análise foi cotejada com os resultados dos questionários, entrevistas semi-estruturadas e dos grupos focais, emergindo, como será mostrado nos próximos capítulos, onde iremos fazer uma discussão dos dados obtidos.

Durante o período de coleta de dados, foi utilizada também a observação direta. Entendemos que a condição de observadora no momento da aplicação dos questionários, entrevistas semi-estruturadas e a realização dos grupos focais nas escolas, bem como ainda, nos intervalos do recreio, possibilitaram o acesso a informações, comentários informais, falas espontâneas, gestos e atitudes por parte dos sujeitos da pesquisa, que permitiram analisar as possíveis representações da violência.

A nossa participação no cotidiano das atividades escolares exigiu um grande esforço em não estranhar, em exercitar a capacidade de não nos surpreendermos com as práticas e questões ali evidenciadas. Daí, a necessidade de vigilância epistemológica que me permitiu, conforme indica Bourdieu (1998), fazer a conversão do olhar, exercitar a dúvida radical, que possibilitou analisar e enxergar para além das evidências e do que está naturalizado no cotidiano da escola.

No que tange ao campo de pesquisa, a principal dificuldade durante o trabalho foi o acesso aos estabelecimentos de ensino da rede privada. Esse trabalho inicial foi difícil, pois não encontrávamos a receptividade pois sempre era apresentada uma objeção impeditiva. Não foi, portanto, fácil conseguir a permissão para entrada na escola privada. Esse trabalho inicial foi grandemente facilitado por uma Diretora que reconheceu como de grande importância a análise de tais comportamentos em sua escola, pois já concebia tais valores e sempre ousou em manter uma disciplina como padrão, o que nos abriu a possibilidade de comunicação com jovens estudantes daquele estabelecimento de ensino.

Na rede de ensino público, não houve dificuldade de acesso aos estabelecimentos. As dificuldades encontradas foram outras, como instrumentos necessários para passar um pequeno vídeo, na aplicação dos grupos focais. Foi preciso transportar uma televisão, um aparelho de DVD para realizar os trabalhos, sem contar com o espaço físico, pois quase sempre não havia salas para a aplicação dos grupos focais. Em alguns casos, foi preciso usar mesmo o corredor e

sentar no chão, para discussão dos temas, pois as estruturas físicas das escolas são precárias. Alguns prédios são pequenos galpões, abrigando alunos, nada se parece com uma escola, pois não existe pátio, nem biblioteca, etc.

Nesse contexto, desenvolvemos a presente pesquisa sobre violência nas escolas na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Ressaltamos que apesar das especificidades dos bairros pesquisados, a situação encontrada pode ser semelhante à de muitos outros bairros. Com isso, sugerimos que os bairros pesquisados, apesar de suas singularidades, não são os únicos com problemas de violência nas escolas. Muitos dos dados e resultados encontrados nesta pesquisa podem ser generalizados a outras áreas da cidade, com inúmeros problemas em comum.

2 VIOLÊNCIA NA ESCOLA: o debate teórico e a percepção da comunidade escolar em São Luís

2.1 A complexidade da reflexão teórica sobre violência

O interesse pelo estudo teórico sobre violência é bastante antigo. O referencial teórico existente quer nacional, quer internacional, tenta explicar a sua origem, conceito, tipos e causas, identificando múltiplas compreensões.

Rousseau (1999), em sua concepção defende que, durante o período que o ser humano vivia no estado de natureza, isolado pelas florestas, vivendo do que a natureza lhe dava, desconhecia o que era guerra. Para ele, a violência física entre os seres humanos teve como marco o advento da propriedade privada, que por sua vez deu origem ao Estado de Sociedade.

Esse pensador, concebia que o homem tinha como normas básicas a autopreservação e a rejeição ao sofrimento dos seus semelhantes, entendendo assim, que o concurso desses princípios ensejariam as regras do direito natural.

Com o surgimento da propriedade instala-se um momento de transição, onde prevaleceu a lei do mais forte e desapareceram os princípios naturais da autopreservação e a rejeição pelo sofrimento dos seus semelhantes, surgindo a desigualdade, e por conseqüência, os homens começam a guerrear entre si.

Foi assim que, tendo os mais poderosos ou os mais miseráveis feitos de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem alheio, equivalente, segundo eles, ao da propriedade, a igualdade rompida foi seguida pelas mais terríveis desordens; foi assim que as usurpações dos ricos, as pilhagens dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, ao abafarem a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus. Levantava-se entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante um conflito perpétuo que só terminava por combates e assassínios. A sociedade nascente seguiu um terrível estado de guerra; o gênero humano, aviltado e desolado, já não podendo voltar atrás nem renunciar às infelizes aquisições que fizera e trabalhando apenas para a sua vergonha, pelo abuso das faculdades que o dignificam, colocou a si mesmo às portas de sua ruína (ROUSSEAU, 1999, p. 219).

O término dessa guerra generalizada, dá-se com o estabelecimento do contrato social, instituindo a sociedade.

Um século antes de Rousseau, Hobbes (1998), também um autor contratualista, entendia que os indivíduos iniciaram as agressões recíprocas ainda

no Estado de Natureza, exatamente por viverem isolados, uns com medo dos outros, onde vigorava a guerra entre todos. Afirmando ainda, que era indissociável da origem do próprio homem, e não oriunda da sua socialização.

No estado de natureza, todos os homens têm desejo e vontade de ferir, mas que não procede da mesma causa, e por isso não deve ser condenado com igual vigor. Pois um, conformando-se àquela igualdade natural que vige entre nós, permite aos outros tanto quanto ele próprio requer para si (que é como pensa um homem temperado, e que corretamente avalia seu poder). Outros, supondo-se superiores aos demais, quererá ter licença para fazer tudo o que bem entendia, e exigirá mais respeito e honra do que pensa serem devidos aos outros (é o que exige um espírito arrogante). No segundo homem, a vontade de ferir vem da vã glória, e da falsa avaliação que ele efetua de sua própria força; no outro, provém da necessidade de se defender, bem como à sua liberdade e bens, da violência daqueles (HOBBS, 1998, p.29).

Em contraposição ao pensamento de Rousseau e outros estudiosos que se baseavam nas condições históricas para explicar o comportamento violento, surge no século XVIII, Franz Gall, anatomista austríaco que desenvolveu a teoria da Frenologia, com base nas características físicas dos homens. Em sua tese, defendia que o comportamento anti-social do homem era regulado por regiões específicas do cérebro, que exercia pressão sobre os ossos da cabeça, aparecendo neles saliências palpáveis e visíveis e, para identificar nos homens tais características era preciso uma análise cuidadosa dessas protuberâncias.

Com essa teoria, surge o tipo lombrosiano concebido por Cesare Lombroso, que se respaldava única e exclusivamente nos fatores biológicos como ensejadores do comportamento violento do homem.

Concebendo a mesma linha de pensamento, em 1949, Egas Muniz, neurocirurgião português, desenvolveu a técnica da lobotomia, que consistia na prática cirúrgica de seccionar os feixes nervosos que chegam e que saem do lobo frontal, localizados na parte anterior do cérebro. Essa técnica cirúrgica era utilizada para interferir na agressividade das pessoas que apresentavam comportamento extremamente violento.

As teorias que tinham como base os aspectos físicos das pessoas como meio de justificar as atitudes violentas do homem, caíram em descrédito, pois se baseavam em critérios duvidosos, que serviram apenas como instrumento de poder e castigo, especialmente no totalitarismo.

Em continuação pela luta em compreender o fenômeno da violência, os estudos científicos avançaram e alcançamos hoje uma compreensão maior dos fenômenos naturais e sociais, porém ressaltamos, que tais avanços não serviram para minorar o comportamento violento do homem e em alguns momentos até proporcionaram a ocorrência de violências e agressões.

Na atualidade, no debate sobre as causas da violência presente na sociedade, destacamos duas vertentes que se contrapõem em suas visões: a primeira corrente aponta que a violência decorre das condições socioeconômicas e para enfrentá-la há necessidade de um Estado Social; a segunda corrente se embasa na patologia criminal, na necessidade de um estado mínimo que a cuide.

Dentre os autores que defendem a primeira corrente e rebatem a segunda ressaltamos Wacquant (2001, p. 7).

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo. Ela reafirma a onipotência do Leviatã no domínio restrito da manutenção da ordem pública simbolizada pela luta contra a delinquência de rua, no momento em que afirma-se e verifica-se incapaz de conter a decomposição do trabalho assalariado e refrear a hipermobilidade do capital, as quais, capturando-a como tenazes, desestabilizam a sociedade inteira. E isso não é uma simples coincidência: é justamente porque as elites do Estado, tendo se convertido à ideologia do mercado-total vinda dos Estados Unidos, diminuem suas prerrogativas na frente econômica e social que é preciso aumentar e reforçar suas missões em matéria de “segurança”, subitamente relegada à mera dimensão criminal. No entanto, e sobretudo, a penalidade neoliberal ainda é mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.

Em sua tese, Wacquant (2001), se refere a algumas causas que contribuem para tornar a violência criminal o principal flagelo do Brasil. É o que segue: escalada na propagação do uso de arma de fogo, que, somada a uma crescente economia estruturada no tráfico internacional de drogas, misturaria, num só contexto, crime organizado e polícia. Seguindo esse pensamento, afirma que o crime organizado cada vez mais se fortalece indo até as estruturas responsáveis pelo seu combate e por conseqüência o espaço público se torna repleto de medo e desconfiança generalizada. Além do mais, no país não existe uma rede de proteção social, a juventude dos bairros periféricos, em regra mais populosos e assim,

estariam sendo esmagados pelo desemprego e subemprego e por esses motivos persistiriam buscando no tráfico a sua subsistência.

Ainda se referindo às prováveis causas da violência no Brasil, o mesmo autor ressalta que:

Um terceiro fator complica gravemente o problema: o recorte da hierarquia de classes e da estratificação etnicoracial e a discriminação baseada na cor, endêmica nas burocracias policial e judiciária. Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor “se beneficiam” de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldades de acesso à ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado (WACQUANT, 2001, p.8).

Wacquant (2001), ao contrapor-se a segunda corrente, “a patologia criminal”, argumenta que ela foi esboçada nos Estados Unidos, na cidade de Manhattan, em Nova York, com o apoio do Ministério da Justiça Federal, do Departamento de Estado, de organismos para-públicos e policiais ligados à administração policial e penitenciária, assim como das associações de defesa das vítimas do crime, das mídias e das empresas privadas que compõem a economia carcerária, empresas de carceragem, de saúde penitenciária, de construção, de tecnologias de identificação e vigilância, escritório de arquitetura, de seguros e outras.

O boicote, com a subversão das políticas keynesianas nas frentes econômica e social, levadas a efeito entre 1975 a 1985, que tomou corpo no Estado do Bem-Estar teria sido realizado a partir do neoliberalismo, que prega a necessidade de menor participação do Estado e mais do mercado.

A base de sustentação teórica utilizada pelos defensores da segunda corrente, segundo Wacquant, são os conceitos desenvolvidos por Murray, autor de “Losing Ground”, que afirmava que o Estado-Providência, por ajudar excessivamente os mais pobres, era o responsável pela escalada de pobreza e violência nos Estados Unidos, pois este fomentaria a inatividade como opção de vida e induziria à degenerescência moral das classes populares. Murray, ainda, juntamente com o psicólogo Harvard Richard Herrnstein, escreveu “The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life”, sustentando que o quociente intelectual determina “não apenas quem entra e tem êxito na universidade, mas ainda quem se torna

mendigo ou milionário, quem vive nos sacramentos do matrimônio em vez de uma união livre” (WACQUANT, 2001, p.24). E, por conseqüência, seria o coeficiente de inteligência o responsável pela propensão à prática de crimes e atos violentos, que, preferencialmente, ocorriam em bairros em que residem pessoas de menor baixa renda, por terem uma baixa capacidade cognitiva.

Com base nesse pensamento, surge a proposta denominada em Nova York de “Tolerância Zero”, que se propõe a tratar todo e qualquer delito com a mesma dureza. Assim, conclui, não há tolerância para a prática criminosa.

Do domínio policial e penal, a noção de “tolerância zero” se espalhou segundo um processo de metástase para designar pouco a pouco e indistintamente a aplicação estrita da disciplina parental no seio das famílias: expulsão automática dos estudantes que tenham levado arma para a escola, suspensão dos esportistas profissionais culpados por violência fora dos estádios, controle minucioso do contrabando de drogas nas prisões, mas também o rechaço sem trégua dos estereótipos racistas, a sanção severa dos comportamentos incivilizados dos passageiros de avião e a intransigência em relação a crianças que não estão usando seu cinto de segurança no banco traseiro dos carros, do estacionamento em fila dupla ao longo das ávidas de comércio e de sujeira nos parques e jardins públicos. Estendeu-se até às relações internacionais: assim, Ehud Barak exigia recentemente de Yasser Arafat que mostrasse a eficácia da “tolerância zero” contra o terrorismo, enquanto as tropas britânicas da força de Intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Kosovo dizem aplicar a “tolerância zero” a qualquer desordem nas ruas de Prístina (WACQUANT, 2001, p.34).

Em contraponto com o acima esboçado, chegamos à conclusão de que todo ato de violência é repugnável, devendo ser afastado da sociedade. Entretanto, o olhar moral do estado estabeleceu que determinados tipos de violência considerados como necessários, não seriam punidos pelo Estado. Seriam eles: a legítima defesa, o estado de necessidade, o cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito.

Assim, com base nos conceitos utilizados pelo Código Penal Brasileiro, entendemos por legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Consideramos estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, quem não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

Não há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento de dever legal, como no caso do oficial de justiça que apreende bens para a penhora, ou do policial que efetua uma prisão em flagrante.

Também não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito, como na recusa em depor em juízo por parte de quem tem o dever legal de sigilo, na intervenção cirúrgica ou na violência esportiva, desde que respeitadas, respectivamente, as regras da atividade ou profissão.

Ainda existe o tipo de violência contida na guerra, que, a depender dos analistas e dos valores ideológicos que permeiam o agir, receberá ou não o rótulo de justificável e necessária. Para uns, trata-se de violência necessária para alcançar a paz; para outros, independe e sempre e em qualquer circunstância será um ato injustificado.

No âmbito da sociedade brasileira, têm sido cada vez mais preocupantes os níveis de complexidade e banalização da violência. Fatores como polícia ineficiente ou corrupta, pobreza, má distribuição de renda, desemprego, aumento do narcotráfico, descrença na justiça, valorização dos esquadrões da morte, são fortemente responsáveis pela dificuldade de erradicação da violência urbana.

Entretanto, tais ingredientes sozinhos não explicam a rotinização da violência, apesar de sabermos que alimentam seu círculo vicioso. É necessário ressaltar que os estudos que têm procurado compreender a problemática da violência no âmbito urbano estão acenando cada vez mais para a primeira perspectiva assinalada por Wacquant (2001).

Assim, a combinação dos referidos fatores favorece uma trama dialética da violência que articula aspectos de diferentes naturezas. Daí, a necessidade de estabelecer distinções entre seus níveis e dimensões: a violência reconhecida e efetivamente punida pelo Estado como crime; e a que se instalou em parte da estrutura do Estado e a que tece as mais amplas relações sociais.

Nesse pensamento, também se situa a reflexão de Arnould e Damascena (1996, p.5), onde argumentam “o poder é a capacidade de agir em conjunto e a violência começa onde o consenso termina. A violência em síntese, é expressão da impotência”.

Assim, embora uma das vertentes mais trabalhadas nos estudos sobre violência seja, sem dúvida, a sua relação com a desigualdade social, não se pode

afirmar que a pobreza constitua o único fator explicativo da violência na sociedade brasileira.

Arnould e Damascena (1996) partem da seguinte hipótese: a violência é multicausal e plural. A compreensão deste fenômeno depende tanto da percepção de fatores estruturais, como a crise econômica, a miséria e o empobrecimento, quanto do complexo de mediações materiais e culturais que envolvem a violência, expressando-se através da quebra dos laços de solidariedade na sociedade e da crise das relações sociais tradicionais. Afirmam que:

hoje, a luta contra a violência começa a fazer parte do debate sobre uma nova relação Estado/Sociedade, conquista autonomia [...] e passa a ser considerada como forma também de busca de novas relações articuladas e conflituais, e de maneiras de se estabelecer relações solidárias e reconhecimento recíproco (ARNOULD; DAMASCENA, 1996, p.3).

Ao traçar um quadro da violência no Brasil, Adorno (1994, p.19) afirma que “a História do Brasil é, sob um certo aspecto, uma história social e política da violência”. Lembra as repressões às lutas populares nas diferentes regiões do país, salientando que nesse processo repressivo não se economizou força, não se pouparam vidas.

Ao afirmar que a questão da violência é também um problema da cultura política do país, sustenta que: “a questão da violência no Brasil é, antes de tudo, [...] o problema do modo pelo qual nossa sociedade estabelece culturalmente as relações de poder” (ADORNO, 1994, p.23).

A assimetria das relações de poder na sociedade brasileira pode ser evidenciada por diversos ângulos e um deles é o poder político. Mas, segundo Adorno (1994), é importante levar em consideração, também, o poder da sociedade em geral.

Essa vertente, insere os estudos sobre violência e a relação Estado e Sociedade. O Estado aparece como uma instância que reflete as relações autoritárias existentes na sociedade e a maneira, também autoritária, de esta resolver seus conflitos e superar as diferenças e dificuldades nos campo econômico, social, político e cultural, assim como, nas relações intersubjetivas de um modo geral.

O estudioso do tema, Velho (1996), em sua abordagem acerca do assunto, sustenta que uma das variáveis fundamentais para compreender a

crescente violência da sociedade brasileira é o fato de ser acompanhado por um esvaziamento de conteúdo cultural, particularmente o ético, no sistema de relações sociais. Para esse autor, a pobreza isoladamente, não explica a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos. O cenário privilegiado de tudo isto é constituído, sem dúvida, pelas grandes cidades, espaço onde os contrastes dos modos de vida atuam como potencializadores da iniquidade social.

Com a afirmação da importância do sistema de reciprocidade, afetada com o crescimento das grandes cidades, Velho (1996) propõe um referencial antropológico no estudo da violência. O sistema de valores e relações sociais no Brasil passou por profundas modificações com a expansão da economia de mercado, as migrações, a industrialização, a introdução de novas tecnologias e o florescimento da cultura de massas. No contexto destas transformações, de acordo com o autor, as ideologias individualistas ganharam terreno, o campo de possibilidades sócio-culturais diversificou-se e houve um aumento das alternativas e escolhas quanto aos estilos de vida. Argumentam um enfraquecimento nas formas tradicionais de relacionamento, associadas a uma visão hierarquizada de mundo.

Cumpram-se notar a ênfase dada por Velho (1996, p.7) às mudanças que afetaram o universo de valores e, especificamente, as expectativas de reciprocidade. Assinala que:

há trinta ou quarenta anos as relações interclasses ou, em geral, entre categorias sociais hierarquicamente diferenciadas eram regidas por padrões de interação mais amistosos, dentro da lógica do clientelismo. [...]. À medida que o individualismo foi assumindo formas mais agonísticas e a impessoalidade foi, gradativamente, ocupando espaços antes caracterizados por contatos *face-to-face*, a violência física foi se rotinizando, deixando de ser excepcional para tornar-se uma marca do cotidiano.

Apesar de sustentar que os valores tradicionais, pelos quais as gerações mais velhas ocupavam posições de prestígio, foram perdendo força no bojo das transformações sociais de nossa sociedade, o autor afirma que o crescimento e a difusão de valores individualistas na sociedade não significaram o fim da hierarquia. Para ele, o que se nota atualmente é a coexistência e combinação das duas visões de mundo, embora com nuances diferentes.

A abordagem da dimensão cultural da violência, que enfoca o “individualismo desancorado de compromissos éticos”, também contribui para

entender a naturalização da violência através da “mídiação”, segundo Velho (1996).

A imagem tem ocupado cada vez um maior espaço na construção dos processos de socialização. De acordo com Perez Gusmán (apud VELHO, 1996), a sociedade encontra-se frente a uma ordem simbólica que se caracteriza por um grande consumo de signos e imagens, assim como de uma profunda semiotização da vida cotidiana. Tais fenômenos têm sido possíveis devido ao nível de desenvolvimento da nova cultura transnacionalizada.

A naturalização de comportamentos violentos pela cultura de massa é, sem dúvida, outro fator que reforça a banalização da violência. Uma cultura do medo, da desconfiança, da competitividade, da insegurança, da representação do outro como inimigo, particularmente se pertence a diferentes universo social e cultural, permeia as relações interpessoais e sociais, cada vez com maior força, especialmente nas grandes cidades. Crescem as manifestações de uma sociabilidade violenta, tais como gangues, violência no esporte e nos bailes, especialmente entre jovens.

Assim, conceituar a violência de maneira abrangente, se torna um exercício quase impossível, vez que possui variáveis infindáveis de possibilidades.

Nesse sentido, e sabendo das diferentes formas de definir a violência, nas diversas sociedade e culturas ao longo do tempo. Chauí (2002, p. 336-337) enuncia certos aspectos da violência que são comuns nas várias culturas e sociedade, bem como formam o fundo comum contra o qual os valores éticos são formados.

Fundamentalmente a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária a seus interesses e desejos, contrária a seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros.

Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime.

Seguindo as trilhas do referencial teórico aqui esboçado, concluímos que a violência contém vários recortes, em virtude de suas diversas variáveis, que se contrapõem e se complementam, como: violência física, sexual, psicológica, social, econômica, étnica, rural e urbana e outras formas. Essas diversas modalidades

permitem ser especificada pelo objeto em que incide ou por quem pratica a violência, ou seja: violência policial, estatal, educacional, nas relações de trabalho, nas relações escolares, religiosas, contra a mulher, contra a criança, contra o idoso, contra o homem etc.

Entretanto, convém sempre ter presente a articulação entre as dimensões estrutural e cultural da violência. Existe mútua implicação e elas não podem ser dissociadas. Configurando assim, uma trama complexa e dramática da problemática da violência na sociedade brasileira hoje, dentro da qual se situam as questões específicas relativas às manifestações da violência no contexto escolar, foco deste trabalho.

2.2 Concepção e características da violência na escola: encontros, desencontros entre enfoques teóricos e a visão dos sujeitos das escolas de São Luís

A literatura sobre a violência e suas manifestações na sociedade tem-se multiplicado e diversificado, nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos oitenta.

Neste trabalho, privilegamos a compreensão de violência apreendida pelos sujeitos que compõem o universo da nossa pesquisa: alunos, professores, diretores e técnicos administrativos, das escolas pesquisadas.

No bairro considerado como violento, que também é apontado como um bairro pobre da cidade de São Luís, estão presentes, grupos de gangues, tráfico de drogas e as várias facções do crime organizado, polemizam os significados de violência. Inseridos nessa realidade os jovens estudantes daquele bairro identificam a violência com a criminalidade e agressão física, ao compararem-se com os jovens dos bairros ricos, que foram apontados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, como os menos violentos. Os estudantes pesquisados do Anjo da Guarda demonstraram se sentirem discriminados por várias razões: pelo fato de morarem na periferia, pela sua aparência e seu vestuário, pelas dificuldades que isso impõe na busca de lazer e até da paquera. Nas informações coletadas no grupo focal, um jovem declarou: “Tive um namoro proibido com uma garota que morava no bairro do Renascença, pois os pais dela não permitiram o romance só por que eu moro no Anjo da Guarda”.

O discurso dos jovens estudantes desse bairro se dá a partir desse sentimento, de estar numa posição secundária na sociedade. Por sentirem mais de perto a violência, é comum entre suas falas a expressão de situações já vivenciadas, tais como: “tinha um irmão que mataram por que vendia droga” (aluno da escola pública).

Com isso também, algumas condutas, como: chutar as carteiras, gritar, apelidar, etc. os colegas são banalizadas e percebidas como comuns e às vezes admitidas como comportamento normal para o cotidiano escolar daqueles jovens. É como Guimarães (1984), focaliza em seu discurso sobre a violência na escola, é a formação de uma cultura de banalização da violência.

Assim, para essa categoria de sujeitos pesquisados, a violência está intimamente ligada à coação e ao uso da força física e moral.

Do mesmo modo, os jovens estudantes da rede privada, apesar de não conviverem diretamente com gangues, com a presença do tráfico de entorpecentes ou, não ser comum ter membros da família envolvidos com a criminalidade, também percebem a violência como criminalidade, ligada à coação física e moral.

A partir da percepção dos sujeitos pesquisados, a marca constitutiva da violência seria a tendência à destruição do outro, ao desrespeito e à negação do outro, podendo a ação violenta situar-se no plano físico, psicológico ou ético, ou ainda aquelas condutas reconhecidas e efetivamente punidas como crimes.

Fazendo a reflexão sobre a violência para o âmbito escolar, evidenciamos que tanto os estudantes da rede pública quanto os da rede privada, consideram suas escolas tranqüilas e seguras.

Ao enfrentarmos a questão com os sujeitos do universo desta pesquisa, quando questionados sobre como percebiam a violência nas escolas de São Luís, perguntamos se as escolas desta capital eram seguras e tranqüilas. Obtivemos a afirmativa de 50.7% dos entrevistados nas escolas privadas de que suas escolas eram seguras, 41,2% qualificaram-nas como tranqüilas. Na escola da rede estadual pesquisada, 82.4% consideram suas escolas tranqüilas e 9.6% consideram seguras. Já na escola municipal, 53.2% apontam suas escolas como tranqüilas e 27.9% consideram segura.

Em contraposição às variáveis acima, perguntamos como classificavam a entrada de drogas dentro das escolas e obtivemos as seguintes considerações: 46.5% dos entrevistados da escola privada responderam ser difícil, 84.9% da escola

estadual consideram fácil e 51.1% da escola municipal responderam ser de fácil entrada.

Logo, verificamos divergências em suas afirmações, pois como pode um ambiente ser considerado seguro e tranquilo, se o acesso às drogas, que é considerado hoje como uma das grandes ameaças de destruição dos jovens na sociedade, é fácil.

Nos grupos focais aplicados entre os sujeitos da escola privada, nas informações coletadas, emergem de maneira clara, no plano das idéias, as percepções da violência nas escolas de São Luís, algumas das informações colhidas relatam que:

a violência que se instala nas escolas de São Luís é por ter a sociedade perdido seus valores morais e éticos; por ter aumentado o crime organizado; pela falta da família dentro da escola; pelo desrespeito entre eles, o preconceito em relação à raça, à estética, à manifestação do outro.

Tais afirmações encontram agasalho na doutrina de Velho (1996), ao tratar do tema afirma que uma das variáveis básicas para compreender a crescente violência da sociedade atual se dar por “esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais”.

É interessante notar que os discursos dos jovens estudantes da rede privada, não destoam da literatura nacional ao contrário, confirmam o pensamento dos autores, conforme enfocado anteriormente por Zaluar (1992) e Velho (1996), quando abordam o tema, identificando a problemática da violência com o esvaziamento cultural e ético da sociedade atual.

Nos grupos focais aplicados com os alunos da rede de ensino pública, os estudantes focam suas percepções na sua própria vivência do dia-a-dia do bairro e da escola, suas informações são baseadas em casos fáticos, demonstrando claramente a presença da violência em suas escolas.

Ao se manifestarem sobre o assunto, citam exemplos vivenciados, tais como:

A violência vem aumentando na própria sala de aula, um aluno já furou o outro, já colocaram até câmara, mas a violência não pára, o encontro de gangues sempre ocorre dentro e fora da escola; outro dia numa escola da Vila Maranhão, já ocorreu até mesmo morte, um aluno matou o colega; em outra escola no Itaqui Bacanga, onde estudava, também já ocorreram muitas brigas, em uma delas um aluno furou o outro com um chuçó.

A partir do cruzamento e da análise dos depoimentos e do percentual de entrevistados que apontaram as manifestações de violência acima descritas, com as reflexões elaboradas pelos teóricos que referenciam este trabalho, é possível identificar a existência, na sociedade e no interior das escolas de São Luís, do que se pode chamar de “cultura da violência”. Esta cultura “se desenvolve como uma dimensão da experiência juvenil” (PERALVA, 2000, p.22) e não pode ser desvinculada de alguns fatores que têm caracterizado a sociedade brasileira, nos últimos anos. Como se viu anteriormente, “o intensivo processo de urbanização, o desenraizamento cultural, afetivo e religioso, a acelerada industrialização, a concentração de renda, o desemprego, os altos índices de consumo e a crise na ética” (FÁVERO, 1997, p. 32). Estes, entre outros fatores, têm colaborado para a construção de uma sociedade apática diante dos problemas sociais, individualistas, pouco solidárias e sem modelos definidos de comportamento social. Todos estes indicadores fazem parte de um processo mais amplo, identificado por Peralva (2000) como uma crise no processo civilizatório.

Por outro lado, o sistema escolar, através de uma prática que privilegia o desempenho individual, coloca o aluno em uma situação de individualismo e competição, que, por consequência, reforça o modelo de sociedade que se tem desenvolvido nos últimos anos.

Nesse contexto, desenvolvemos a pesquisa sobre violência na escola, apesar das especificidades dos grupos pesquisados, a percepção que os dois grupos apontaram é a da presença da violência no ambiente escolar sob o foco de uma violência que está intimamente ligada à coação e ao uso da força física e moral.

2.3 Percepção dos sujeitos pesquisados sobre as causas da violência nas escolas de São Luís

Uma análise das causas da violência apontada pelos sujeitos da pesquisa, conduz a levar em conta os fatores de riscos que os estudos sobre violência na sociedade indicam como aspectos importantes para o desenvolvimento agressivo do indivíduo, tais como: de caráter exógeno: contexto social, meio de comunicação e características familiares; de caráter endógeno: clima escolar, relações interpessoais e características pessoais dos alunos em conflito.

A sociedade atual e a sua estrutura social, formada com altos índices de desigualdades sociais, como a pobreza, o desemprego e o crescimento do tráfico de drogas, favorecem contextos sociais que propiciam comportamentos agressivos e atitudes anti-sociais. Também é verdade que as normas sociais e os princípios competitivos impostos, em contraste com uma precária oferta de emprego e de desenvolvimento pessoal do jovem propiciam atitudes violentas.

A violência não se projeta por igual na sociedade. As crianças e os adolescentes, pela sua impotência natural, sofrem mais suas seqüelas, especialmente aquelas maltratadas, sem amor, desvinculadas dos apegos e segurança que outras crianças possuem.

Há uma responsabilidade social do estado em melhorar a qualidade de vida de nossos jovens em situação de risco e de desamparo, devendo essa responsabilidade ser compartilhada por diferentes instituições sociais, conforme verificamos no artigo 227 *caput* da Constituição Federal de 1988.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, do exposto na norma constitucional, entendemos que, dentre as instituições sociais responsáveis pela melhora da qualidade de vida dos jovens, encontra-se a Escola, que neste momento deve se apresentar com uma postura de antídoto para essa avalanche de violências que vem se apresentando em seu ambiente. É evidente que a escola não pode sozinha assumir a responsabilidade de educar nossos jovens e menos ainda numa sociedade que se apresenta com uma violência multifacetada.

Por outro lado, identificamos que as tendências pelos sucedâneos do prazer como a droga, o álcool, os grupos de jovens envolvidos com gangues com normas e procedimentos próprios, além das tendências políticas que postulam as diferenças, como, racismo e outros gêneros, também são geradoras de violência.

Outra causa da violência indicada pelos sujeitos da pesquisa foram os meios de comunicação, como a violência televisiva. Sobre o assunto, Isabel Garcia Fernández, professora do Instituto de Educação Secundária de Madrid, no seu livro

intitulado “Prevenção da Violência e Solução de Conflitos”, traduzido por Fulvio Lubisco, posicionou-se da seguinte forma:

A mídia apresenta a violência como algo imediato, cotidiano e freqüente. Os mais violentos têm a capacidade de ganhar e de sobressair-se sobre os demais, e essas ações se concentram na realidade da ação, são o mundo tal e qual. Apesar disso, consideramos que as seqüências violentas dos programas de televisão têm um dever moral perante seus espectadores, visto que:

- A televisão é o primeiro provedor de informação e transmissor de valores;
- Promove o imediatismo e a proximidade dos fatos violentos, até convertê-los em “cotidiano”;
- Mantém um padrão passivo da violência como meio de resolver conflitos e de adquirir o poder (FERNÁNDEZ, 2005, p.35).

E ao concluir o assunto, a mesma autora afirma :

A proliferação da denominada “telelixo”, em que se recontam e se alienam as misérias humanas, de um lado está criando uma passividade e permissividade de condutas indignas de qualquer ser humano, e, por outro lado, um alerta patriótico de possíveis horrores que lhes podem acontecer. O fato é percebido e vivido por nossos jovens, alterando a sua consciência moral (FERNÁNDEZ, 2005, p.36).

Em seus depoimentos, os sujeitos entrevistados sugerem, que os programas direcionados ao público infanto-juvenil, devem conter mensagens de índole menos agressiva e mais humana, pois os jovens recebem o impacto dessas imagens diretamente e às escolas cabe somente a possibilidade de discernir a mensagem da mídia e, sobretudo, de criticar a informação comunicada por esse meio.

Um outro grupo de sujeitos entrevistados apontou a família como uma das causas para o comportamento violento dos jovens estudantes.

A família é o primeiro modelo de socialização da criança. O desenvolvimento pessoal do indivíduo se nutre dos primeiros afetos e vínculos materno e paterno.

A família e a escola estão presentes na vida de todos os sujeitos pesquisados e independentemente do tipo de família, todos os sujeitos pesquisados se encontram dentro dessas instituições sociais.

A família é um elemento fundamental para entender o caráter peculiar da criança agressiva com condutas anti-sociais ou conflitantes, pois o amor, o afeto e a empatia, bem como o desafeto e a violência, nascem, vivem e crescem no ambiente de convivência diária.

O afeto, o amor e a empatia pessoal, como também o desafeto, o desamor e a violência, nascem, vivem e crescem no ambiente da convivência diária, sujeita aos sistemas de comunicação e de intercâmbio que, em cada período histórico, são específicos da cultura e constituem os contextos do desenvolvimento: a criança e a educação (RODRIGUES, 1994, p.53).

Na vida escolar, existem processos de comunicação nas relações interpessoais, que ocorrem com bastante frequência entre os colegas, tais como: falta de solidariedade, competitividade, rivalidade e por vezes o abuso dos socialmente mais fortes contra os mais fracos. A escola de certa forma às vezes supre alguns aspectos que um núcleo familiar não pode abrigar, bem como aproxima o mundo com as crianças e suas primeiras experiências fora do contexto protegido da família. Assim, a família e a escola se tornam os principais agentes da socialização da população juvenil.

Há vários estudos realizados que investigam a influência familiar na criança em situação de risco, Fernández (2005, p.37), indica os autores Harris e Reid; Patterson, De Baryshe e Ramsay (1989), como pesquisadores que consideram os seguintes aspectos familiares como fatores de risco para o desenvolvimento de comportamento agressivo da criança e do adolescente:

- A desestruturação da família, cujo papel tradicional é questionado pela ausência de um dos progenitores ou por falta de atenção;
- Os maus tratos e o exemplo violento no seio da família, onde a criança aprende a resolver os conflitos por meio do dano físico ou da agressão verbal;
- Os exemplos familiares por meio dos quais se aprende que o poder é sempre exercido pelo mais forte, com falta de negociação e de diálogo;
- Os métodos utilizados com relação à criança, com práticas excessivamente permissivas e inconsistentes, ou, ao contrário, práticas restritivas e em alguns casos excessivamente punitivas;
- A falta de afeto entre os cônjuges somados à ausência de segurança e de carinho, o que provocam conflitos familiares.

Dentre os fatores causas endógenos apontados pelos sujeitos da pesquisa e em nossas observações, aparece à própria escola como um dos fatores causais da violência.

Em primeiro, é necessário observar o conteúdo dos estatutos das escolas, que pressupõe um modelo baseado em princípios de igualdade, tentando nivelar, sem sucesso, as discrepâncias e as diferenças dentro da comunidade escolar.

Em segundo, a organização interna da escola se fundamenta na hierarquização das relações entre direção, professores e alunos, porém esquece-se que em torno de si mesma, se abriga de conflitos sociais, necessitando da criação

de conselhos disciplinares, com orientadores para alunos que sejam reincidentes em casos de violência.

Outras características observadas nas escolas públicas pesquisadas, que funcionam como geradores de conflitos foram:

- a crise de valores da própria escola, a dificuldade de reunir referenciais comuns entre os professores e os valores da comunidade estudantil. Tais como: Que valores são essenciais e imprescindíveis para todas as pessoas viver e conviverem para a paz ? Qual o papel a ser cumprido pela escola diante da trama da violência na sociedade atual?;
- a estrutura física dos prédios. Exemplo: a construção das escolas nem sempre segue um padrão, onde possa ser observada a circulação dos alunos, professores e demais funcionários, o espaço é muito pequeno, os corredores estreitos, e o número de alunos matriculados por escola é muito elevado;
- a falta de cuidado do estado físico e limpeza das dependências da escola, tais como, banheiros, salas de aula, pátio, etc;
- a organização do tempo, o horário do recreio é igual para todas as séries, gerando um tumulto, pelo pouco espaço, e criando conflito de interesses, pois os grupos são formados por jovens com idades e valores diferentes;
- o elevado número de alunos, que impede uma atenção individualizada, emergindo soluções de massificação, na qual os jovens não conseguem criar vínculos afetivos e pessoais com o adulto da escola;
- apesar da existência de regras disciplinares, sua aplicação e eficácia são insatisfatórias, pois falta clareza das expectativas quanto ao comportamento e desempenho escolar dos alunos, professores e demais funcionários da escola;
- as normas disciplinares contra violência moral, como humilhação e discriminação, por parte dos alunos, professores e demais membros do corpo administrativo, nem sempre são aplicadas, e às vezes faltam registros de tais acontecimentos.
- faltam ainda programas continuados de sensibilização aos alunos e professores e demais membros da escola a respeito de questões

relacionadas com a violência, como: incivildades, assédio sexual, roubo, furto e outros tipos, gangues, drogas, etc.

Em combinando as indicações de sugestões dos sujeitos pesquisados para acabar com a violência, a maioria sugeriu mais segurança nas escolas.

Na escola privada pesquisada os alunos, apesar de acharem a escola segura, afirmaram ser fácil o acesso de drogas e armas, “pois não há controle na entrada da escola, do que os alunos trazem em suas mochilas” ou ainda “qualquer jovem pode vestir essa farda e entrar, seria necessário um controle com cartão e senha digital na entrada e saída”.

Na escola pública também não foi diferente, a entrada e a saída dos alunos, ainda são maiores, “não se entra e nem se sai só pelo portão central, existem outras saídas e entradas na escola”.

Portanto, se faz necessária uma política pública voltada especificamente para tais questões, como afirma Lanterman (2000, p.152), “o fato de que os limites anti-sociais das condutas, sendo ultrapassados, facilitam este indesejável avanço ao lado da afirmação da ausência de poder, seja da sociedade em geral, dos educadores, dos pais, dos valores, que a isso se oponha”. Assim, se torna evidente a necessidade de implantação de políticas públicas preventivas e repressivas voltadas para o controle dos limites anti-sociais das condutas dos nossos jovens estudantes de São Luís.

3 A REALIDADE DA VIOLÊNCIA NO DIA-A-DIA ESCOLAR: tipos, vítimas e autores

3.1 Manifestações da violência nas escolas de São Luís

Hoje é crescente a preocupação de pais, educadores e pesquisadores com as variadas expressões da violência dentro do ambiente escolar. Nesta perspectiva, procuramos identificar diferentes formas de condutas violentas presentes no dia-a-dia das escolas pesquisadas, a partir da compreensão daqueles que a vivenciam de maneira mais direta: alunos, professores, diretores e técnicos administrativos, fazendo sempre referência com os trabalhos de outros pesquisadores sobre a temática.

A análise aqui compreendida leva em conta à violência de maneira ampla, não buscando um sentido universal, mais a partir do conhecimento do seu significado para os diversos sujeitos que compõem o universo pesquisado.

Este item destaca os tipos de condutas violentas em suas várias formas, conforme aparece na fase mais visível do fenômeno nas escolas pesquisadas.

Entretanto e segundo Debarbieux e Blaya (2001), é impossível analisar a violência nas escolas sem refletir sobre a agressão física, os roubos, as ofensas verbais, grosserias, empurrões, interpelações, apelidos e humilhações, o que os pesquisadores franceses chamam de “incivilidades”.

Na análise realizada, percebemos que são vários os tipos de violência que se manifestam no ambiente escolar, bem como são diversos seus objetivos, vítimas e autores, conforme será demonstrado.

Tratamos dos tipos de violência contra a pessoa, por colocarmos o ser humano como o epicentro deste trabalho, atribuindo-lhe posição destacada na tutela de proteção social.

A partir da Constituição Federal brasileira de 1988, a dignidade da pessoa humana passou a ser norma jurídica, integrando-a como princípio fundamental, conforme se depreende do artigo 1º, inciso III, da referida Carta Magna Brasileira de 1988. Tal concepção faz da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado.

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito tem como fundamentos:

[...]

III – a dignidade da pessoa humana.

Além disso, em se levando em conta que a dignidade, acima de tudo, se relaciona com a condição humana é que o respeito e a proteção da dignidade da pessoa constituem meta permanente da humanidade, do Estado e do Direito.

Para Kant (apud SARLET, 2004, p.33), “o homem é um fim em si mesmo e, por isso, tem valor absoluto, não podendo, por conseguinte, ser usado como instrumento para algo, e, justamente por isso tem dignidade, é pessoa”.

O texto constitucional brasileiro diz que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, importando concluir, assim, que sua garantia é princípio de ordem pública, devendo ser respeitado em sua integridade física, moral e psicológica.

Entretanto, a questão da dignidade da pessoa humana na atualidade não reside na análise dos seus fundamentos enquanto princípio, mas, sobretudo, no que concerne a sua eficácia e ao respeito dos mecanismos institucionais necessários para assegurar as garantias dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Assim, na medida em que a violência na escola passa, hoje, a ser reconhecido como um problema nacional e a escola é vista como um lugar de expressão das conflitualidades da sociedade contemporânea, neste século XXI, esse novo problema social, configurado por manifestações diversas contra a pessoa, evidencia situações socialmente injustas, com a violação dos direitos humanos, expressão jurídica do cotidiano da pessoa humana como fonte de ordem na sociedade.

▪ **Homicídios, lesões corporais e brigas**

O Código Penal atual utiliza a expressão homicídio como o tipo de crime que suprime a vida alheia, independentemente das condições ou circunstâncias em que esse crime é praticado.

Dentre os tipos de crimes codificados pelo direito penal brasileiro, o homicídio é o que tem a maior pena imposta, por sua gravidade. Isto porque, entre os bens juridicamente protegidos pelo Estado, a vida destaca-se como o mais

valioso. A conservação da pessoa humana tem como condição primeira a vida, que, mais que um direito, é a condição básica de todo direito individual, porque sem ela não há personalidade e sem esta não há que se cogitar de direito individual.

Esse bem jurídico interessa conjuntamente ao indivíduo e ao Estado, recebendo, com acerto, assento constitucional no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988. O respeito à vida humana é, nesse contexto, um imperativo constitucional, que, para ser preservado com eficácia, recebe ainda a proteção penal.

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a **inviolabilidade do direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (grifo nosso).

Todo ser humano tem direito à vida, que integra os chamados direitos humanos, ou seja, os direitos que os indivíduos devem ter reconhecido enquanto pessoa e que devem ser protegidos não apenas contra os abusos do Estado e dos governantes, mas também nas relações dos indivíduos entre si.

A presença de crimes de homicídio ocorridos nas escolas de São Luís não pode ser considerada como uma prática corriqueira, pois são poucos os casos noticiados. Durante o trabalho de campo não foi presenciado nenhum acontecimento nas unidades escolares pesquisadas, porém os grupos focais da escola pública do ensino médio trouxeram notícias de tais acontecimentos, a exemplo de: “um aluno matou o colega numa escola na Vila Isabel, por vingança”. Concomitante à época da colheita de dados para a presente dissertação, foram noticiadas nos jornais de circulação da cidade duas ocorrências de morte no espaço escolar. Uma, segundo a nota jornalística, proveniente do encontro de gangues e a outra por retaliação após o horário escolar.

Esses casos, embora em um número pequeno, não devem ser desprezados. Ao contrário, devem ser valorizados e tratados como prioridade, pois em jogo encontra-se o bem maior, que é a vida humana.

A lesão corporal consiste em todo e qualquer dano produzido por alguém, à integridade física ou à saúde de outrem. Ela abrange qualquer ofensa à normalidade funcional do organismo humano, tanto do ponto de vista anatômico quanto do fisiológico ou psíquico. O objeto de proteção legal é a integridade física e a saúde do ser humano.

Este tipo de crime ocorre no ambiente escolar por consequência das brigas, que não raro culminam com as lesões corporais, como é o caso de dois depoimentos colhidos no grupo focal de uma escola da rede pública do ensino médio.

[...] em outra escola na Vila Bacanga também já ocorreram muitas brigas, numa delas levou a um aluno furar o outro, com um canivete, a briga começou dentro da escola;

[...] uma vez eu briguei com uma colega e ela furou o meu braço com um lápis, ficando a metade do lápis entranhado na minha carne, sangrou muito, tive que ir ao hospital, e fiquei um mês sem poder escrever.

Verificamos que os casos de lesões corporais decorrem sempre das brigas, e um dado que chamou a atenção e que confirma o previsto na literatura: a participação dos meninos como maiores envolvidos na prática desse tipo de delito, pois os dados dos mapas que demonstram a violência de jovens na faixa etária de 10 a 19 anos de idade sempre trazem um percentual da participação masculina maior do que as das meninas. Muitas teorias já foram propostas para explicar por que os comportamentos agressivos atingem mais os meninos do que as meninas, como é o caso da teoria de Archer (1991 apud DEBARBIEUX; BLAYA, 2002), onde explicam que os comportamentos violentos eram associados aos níveis de testosterona nos jovens do sexo masculino, que aumentam durante a adolescência e nos primeiros anos da idade adulta. Porém, a explicação de maior aceitação é a de Farrington (1986), também citada por Debarbieux e Blaya (2002), que dá ênfase à importância das influências sociais, explicando que desde o nascimento, as crianças vêm-se sob a influência de seus pais, que geralmente não aprovam as transgressões. Durante a adolescência, os jovens se libertam do controle dos pais, passando a serem influenciados por seus pares, que em muitos casos, podem incentivar comportamentos delituosos.

Podemos inferir que a socialização diferenciada de meninos e meninas, em razão da estrutura, gênero e da ideologia patriarcal presente na sociedade, associa a adoção de comportamento agressivos e violentos à masculinidade, o que termina por estimular a relação de conflitos através desses comportamentos.

A briga é a modalidade de violência mais freqüente nas escolas, segundo o relato de alunos, professores e técnicos administrativos. Este tipo de agressão entre alunos geralmente começa com ataques verbais proferidos pelos mesmos.

As agressões menos severas são os xingamentos, desaforos ou expressões verbais, porém, conforme já ressaltado anteriormente, quase sempre são precursoras de práticas violentas mais graves, como as violências físicas.

As brigas são consideradas pelos sujeitos pesquisados como acontecimentos corriqueiros. Por esse motivo, acabam por serem banalizadas ou tidas como manifestações normais da idade ou ainda da condição sociocultural e econômica do jovem.

Ao tratar do assunto, Peralva (2000, p. 20) tenta explicar o comportamento de violência através das brigas entre os jovens, apontando duas lógicas que a motivam:

A violência entre alunos constrói-se em torno de duas lógicas complementares: de um lado, encenação ritual e lúdica de uma violência verbal e física; de outro, engajamento pessoal em relações de força, vazias de qualquer conteúdo preciso, exceto o de fundar uma percepção do mundo justamente em termos de relações de força. Nos dois casos, o que está em jogo é a construção e a auto-reprodução de uma cultura da violência.

Ao mesmo tempo, percebemos um sentimento de medo entre os jovens, por uma idéia amplamente difundida pela mídia de “que a violência está em todas as partes” e de que os jovens têm que se defender. Esta dimensão ritual da violência, tratada por Peralva (2000), serve como instrumento para a reprodução de uma cultura de violência, expressa na máxima “A violência se combate com a violência”, surgindo, inclusive, como pacificação dos conflitos no meio estudantil.

Em todos os ambientes pesquisados, verificamos nas brigas sinais de atitudes de valentia “de maioral”, conforme a linguagem dos jovens, cultuadas como atitudes corajosas e quase sempre incentivadas pelos demais colegas com aplausos, demonstrando características de uma cultura de violência e menosprezo ao valor da pessoa humana.

Reconhecemos que tais modalidades de violência possuem suas raízes fora da escola. Entretanto, verificamos que ela afeta o cotidiano escolar, dando assim, legitimidade para a escola buscar soluções que possam modificar essa realidade.

Em observação na escola municipal “X”, percebemos que os alunos brigam de maneira física e verbal, muito entre si, não importando o lugar, sala de aula, corredor, até mesmo na presença de professores.

Por outro lado, às vezes, as próprias brincadeiras conduzem à violência, como o corredor russo, onde os alunos que passam pelo corredor apanham e não podem reclamar, e ainda, outras brigas acontecem por motivo dos apelidos dirigidos aos colegas.

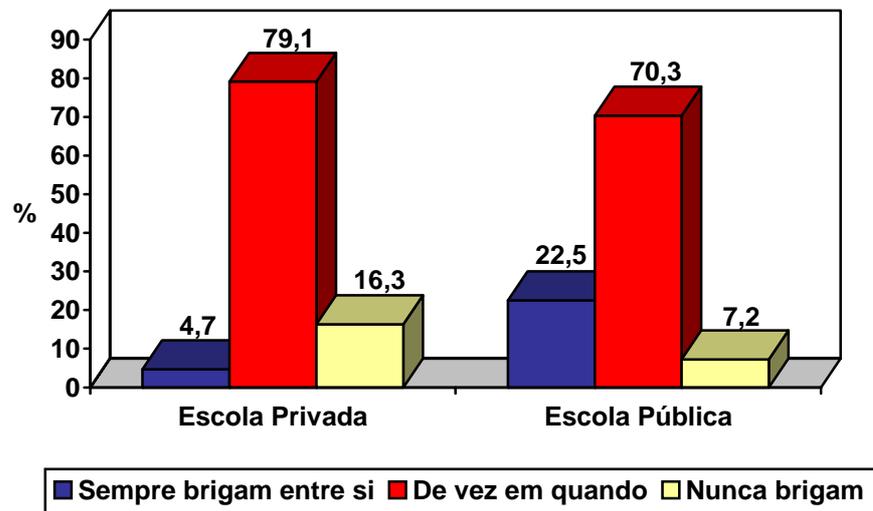


Gráfico 1 - Brigas

Os dados obtidos demonstram que o percentual de ocorrências desse tipo de delito na escola privada pesquisada é menor do que o da escola pública, por ser uma das suas características a preocupação com a disciplina dos alunos. Entretanto, nas escolas da rede pública, os números aumentam, demonstrando a falta de controle e a fragilidade na pacificação dos delitos, pois claramente ficou caracterizada a evolução de pequenas discussões, que podem culminar em crimes de lesões corporais e até mesmo em morte.

Por outro lado, é notório que os maiores percentuais obtidos, nos dois segmentos de escolas, foram das variáveis de que correm brigas de vez em quando, demonstrando uma falta de hábito entre os alunos de solução de conflitos através do diálogo, necessitando, em ambas escolas, de políticas de pacificação de conflitos através da comunicação.

As agressões físicas não se restringem somente aos alunos. Em análise nas entrevistas com os professores da escola pública, colhemos o seguinte depoimento: “só porque pedi a um aluno que se retirasse da sala, porque estava atrapalhando a aula, ele se levantou e me deu um chute na perna”. Num outro

depoimento, colhido na escola pública de ensino médio, o professor sofre espancamento, em forma de brincadeira:

Já fui vítima de espancamentos durante uma passagem no corredor de uma escola, onde os alunos brincavam de corredor russo, mas entendi como uma forma de vingança, porque ocorreu após a divulgação de notas abaixo da média, na matéria que lecionava. Abandonei a escola.

Na visão dos alunos, a violência contra professores é sempre motivada, como forma de protesto, conforme depoimento, no grupo focal da escola pública do ensino médio “Y”. “Protesta-se contra a nota baixa, dada na correção de um exercício”. Segundo os próprios estudantes, essa forma de agressão é compreendida como manifestação de resistência ao julgamento do professor.

Segundo Lucinda e Candau (apud PERALVA, 2000, p.18-19)

um campo de conflitos particularmente sensível refere-se à avaliação dos resultados escolares e às notas. O sentido de injustiça, aqui, é vivido como uma agressão à personalidade individual e à capacidade do sujeito em construir uma imagem positiva de si mesmo, para si mesmo e para os outros, e pode provocar reações diversas, que vão desde estratégias defensivas, como o isolamento e a apatia, até estratégias ofensivas, como a agressão, a depredação, o insulto. Pode-se afirmar que, neste caso, a desvalorização dentro dos padrões escolares é compensada por uma autovalorização de acordo com os padrões da rua.

Por consequência ainda das brigas, não se pode deixar de citar o surgimento das vinganças, que, não raro, ocorrem após uma briga, culminando, inclusive, com lesões corporais e até mesmo, morte, como acima tratamos.

Outra modalidade de violência gerada pela rivalidade entre os estudantes, é o encontro de jovens de gangues adversárias, estimuladas por disputas de poder, ou ainda por competição de jogos. Os jogos, nesse ponto, perdem a qualidade de propulsores de solidariedade e companheirismo, passando a contribuir como atividade competitiva, conflituosa, resultando em resoluções violentas para sanar o conflito, passando assim, a violência, a fazer parte da rotina dos campeonatos.

Concluimos, com base nos dados obtidos, que as escolas públicas estão mais expostas à vulnerabilidade dos tipos de violências através das brigas, tais como agressões e espancamentos, conforme indicam os dados do gráfico 1, pela menor disponibilidade de recursos e pessoal responsável pela prevenção e controle, além da maior concentração do número de alunos matriculados nas escolas.

▪ **Constrangimento ilegal/ameaça**

O Direito Penal Brasileiro, ao prever como crime o constrangimento ilegal, buscou amparo no Direito Romano, que com uma concepção ampla abrangia toda a ação praticada por quaisquer meios violentos. Assim, a finalidade não era tutelar a liberdade em si mesma, mas impedir o emprego da violência, não autorizada em lei, para obter qualquer coisa.

Somente a partir do movimento iluminista (século XVIII) começou-se a proteger o direito à liberdade, ou seja, impedir que alguém faça o que a lei permite, ou obrigar a fazer o que ela não manda.

O Código Penal atual, por sua vez, inclui o constrangimento ilegal, entre os crimes contra a liberdade pessoal, nos seguintes termos: “Art. 146. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda”.

A ameaça é um meio de execução do crime de constrangimento ilegal, podendo, ainda, constituir, em si mesma, crime autônomo.

A ameaça consiste na utilização de palavras, escritos ou gestos, ou ainda, qualquer meio simbólico que cause medo ou constranja a liberdade pessoal e individual de autodeterminação, por receio de sofrer mal injusto e grave (art. 147 do Código de Penal Brasileiro). O seu fim é perturbar a paz do sujeito passivo e com este sentimento pessoal de insegurança restringe-se e, em alguns casos, se anula a sua liberdade de escolher. Ocorre muita vezes como meio para alcançar um outro fim.

Assim, tamanha é a importância da ameaça que o próprio Estado avocou para si a apuração da responsabilidade, tipificando como delito tal comportamento, conforme definido acima.

Os dados quantitativos mostram o que ocorre no ambiente escolar, entre alunos, entre membros do corpo técnico-pedagógico e alunos. Das três escolas pesquisadas, a maior incidência de ameaças ocorre nas escolas da rede pública, entre os próprios alunos.

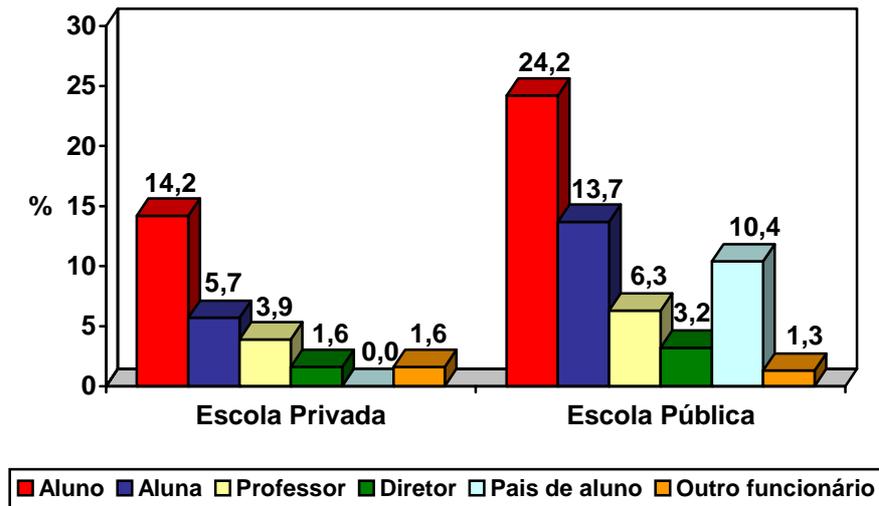


Gráfico 2 - Ameaças

As ameaças entre os alunos ocorrem por divergências de entendimentos, rivalidades de grupos, falta de tolerância com as diferenças, conforme foi dito durante o grupo focal entre alunos do segundo ciclo do ensino fundamental da escola pública, “rapaz, diz a verdade, senão te dou um chute; se passar no meu corredor de dou uma surra”.

As ameaças mais graves ocorrem como respostas de ofensas anteriores, surgindo quase sempre depois do horário escolar e fora dos estabelecimentos, chegando muitas das vezes às lesões corporais e, em poucos casos noticiados, a homicídio.

Um outro ponto relevante colhido são os motivos das ameaças dos estudantes aos professores, que ocorrem por divergência por notas ou por falhas disciplinares cometidas em sala de aula, tais como “olá professor, se eu não passar de ano pode ficar doente”; “Professor! Cuidado com o pneu do seu carro”.

As ameaças aos diretores foram identificadas em percentual baixo (1,6% na escola privada e 3,2% na escola pública), porém não devem ser desprezadas, pois estas ocorrem quando estes aplicam punições mais severas.

As ameaças, na comunidade escolar, também se manifestam através de gestos, traduzidas nas atitudes de desrespeito às regras adotadas na escola, sendo rebatidas com intimidações, através de pichações nas paredes com dizeres ameaçadores à direção, ou ainda, destruição de cadeiras, ventiladores, quadros de giz, etc..

Assim, geram um clima de tensão dentro da escola, evidenciando-se entre os professores e diretores da rede pública, o sentimento de insegurança, expresso em afirmações como: “os estudantes de hoje são muito violentos, andam armados; No turno da noite o diretor teve diversos problemas com alunos que vinham drogados para a escola, e acabou saindo da escola ameaçado”.

Diante do exposto, podemos afirmar que se encontra configurada a forma delituosa de constrangimento ilegal através da ameaça, nas condutas ilustradas pelos sujeitos da pesquisa, pois, com tais condutas, há uma perturbação da tranqüilidade e da paz no interior da escola, corroída pelo medo, insegurança provocando um desequilíbrio emocional no ambiente escolar.

▪ **Violência sexual**

A sexualidade ainda hoje é tratada como tabu. Por isso, para se entender o significado da violência sexual, é necessário refletir um pouco sobre a sexualidade infanto-juvenil.

As descobertas de Freud sobre a sexualidade infantil provocaram grande espanto na sociedade conservadora do final do século XIX, visto que àquela época a criança era vista como símbolo da pureza, uma espécie de ser assexuado. Porém, ao passar dos tempos, a sociedade vem se familiarizando com as várias formas de expressões da sexualidade.

Entretanto, saber a hora exata e a maneira de falar sobre o tema com as crianças e adolescentes é muito importante. Conhecer as características de cada fase do crescimento da criança pode ajudar a evitar equívocos na maneira de lidar com a sexualidade, respeitando formas de expressão da sexualidade, sem reprimi-las e enfrentando a invasão da sexualidade infantil por adultos.

A violência sexual ocorre no mundo todo. No Brasil, não temos estudos especializados sobre esse tipo de violência. Entretanto, trabalhos isolados feitos por órgãos governamentais, em várias unidades da Federação, vêm demonstrando que a violência sexual aqui é tão freqüente quanto nos chamados países desenvolvidos.

Alguns trabalhos como o desenvolvido pelo Abrapia (2002 apud BRASIL, 2004), demonstram que, no Brasil, 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia ou 7 a cada hora. A maioria das crianças abusadas é composta por meninas, na idade entre 7 e 14 anos. De acordo com a estimativa, em cada 3 ou 4

meninas é abusada sexualmente até a idade de 18 anos. Da mesma forma, 1 entre 6 a 10 meninos é abusado até 18 anos (AZEVEDO; GUERRA, 1977 apud BRASIL, 2004).

Segundo pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina ABC, 2001, o incesto é uma das manifestações mais perversas da violência sexual. Estudo realizado no ABC paulista registrou 90% das gestações em jovens com até 14 anos foram fruto de incesto.

Assim, tratamos do assunto no presente trabalho, porque acreditamos que a escola pode desenvolver uma proposta pedagógica para que as crianças possam adquirir conhecimentos e desenvolver uma sexualidade saudável, que é uma das melhores formas de prevenção da violência sexual.

Os questionários aplicados nas escolas pesquisados nos indicam a presença da violência sexual no ambiente escolar em suas formas: estupro, tentativa de estupro, assédio sexual e abuso.

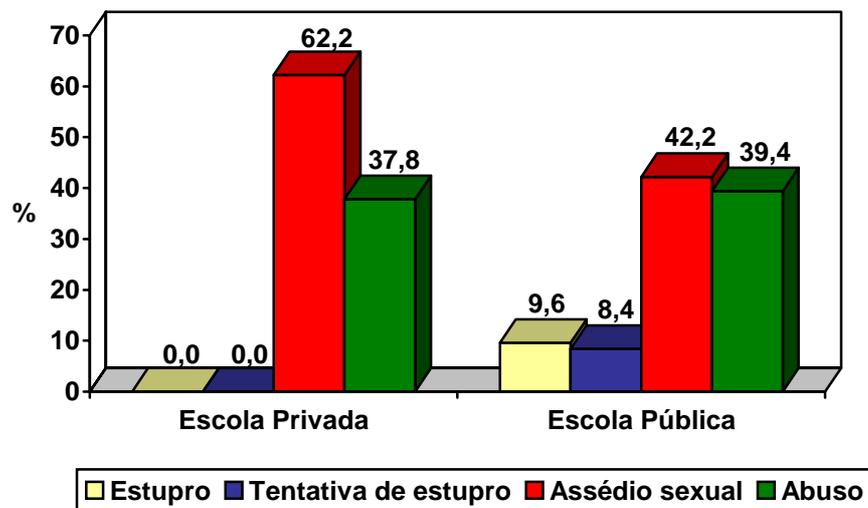


Gráfico 3 – Violência sexual

Na forma assédio sexual, a proteção penal estende-se para além da liberdade sexual, abrangendo, com efeito, outros bens jurídicos, tais como: liberdade sexual do homem e da mulher, indiferentemente; a honra e a dignidade sexual e por fim a dignidade das relações trabalhistas-funcionais.

A importância da liberdade sexual justifica sua proteção penal, pois integra a própria honra pessoal. O respeito à liberdade sexual é um corolário da dignidade e personalidade humanas e tem caráter absoluto.

Cada indivíduo merece na coletividade respeito à sua honra e à sua liberdade sexual, como ser social, ou seja, é o direito que o indivíduo tem de conceber, definir, desenvolver e exercer, respeitados os limites da moralidade pública, sua atividade sexual, honradamente.

O autor da agressão pode ser qualquer pessoa, homem ou mulher, em relações hetero ou homossexuais, desde que apresente ascendência hierárquica funcional, sobre a vítima.

A vítima também pode ser do mesmo sexo do ou da agressora, desde que se encontre na condição subalterna exigida pelo tipo penal. A inexistência de vínculo de subordinação entre vítima e autor afasta a tipicidade da conduta. Portanto, não há crime de assédio sexual entre colegas de trabalho, estudo ou lazer.

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 216-A, definiu como assédio sexual, o que segue: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.

Os dados coletados demonstram a prática desse tipo de delito no ambiente escolar. Nos grupos focais da escola pública do ensino médio, os depoimentos colhidos evidenciaram convites de professores a alunas, para passeios fora da escola, idas às praias, voltinhas de carro, etc.:

[...] tem um professor, que sempre fico conversando com ele na escola, e ele sempre me convida para dar uns passeios, na praia, ou ficarmos dando voltinhas de carro e depois [...]. Quando pedimos ao professor “X” para ir ao banheiro, o professor responde só se me der um beijo; o professor dá uma olhada, dependendo da aluna, o professor melhora a nota.

As informações coletadas no mesmo grupo focal evidenciaram, ainda, que as propostas de assédio sexual não ocorrem somente com as meninas, mas também entre professores e alunos do sexo masculino.

Gostava de conversar o professor “H”, pois achava ele educado e inteligente, mas um dia fiquei surpreso com um convite que ele me fez, ou seja, para que nos fossemos até a praia para apreciar o pôr do sol, e depois, quem sabe [...] vê o nascer do sol.

Assim, encontra-se configurado o assédio sexual, como prática dentro das escolas públicas pesquisadas, em sua forma mais explícita possível, cabendo aos gestores limitar tais práticas, com código de postura e ética para os professores em seus estabelecimentos de ensino.

As intimidações sexuais ocorrem entre os próprios alunos com olhares, gestos, piadas, comentários obscenos, ainda podendo ser entendido como propostas, insinuações e contatos físicos maliciosos, fofocas, frase, desenhos nos banheiros, etc.

Nos grupos focais com alunos das escolas da rede privada e pública, tivemos informações desse tipo de delito, a exemplo das seguintes afirmações: “sempre que possível os meninos se aproximam das meninas, com abraços e beijos insinuantes”. Mas, não só os alunos se comportam assim, os professores também, conforme revelações dos estudantes: “Fulana, você tem uma boca irresistível”.

As informações dos grupos focais nas escolas públicas evidenciam que as propostas de intimidação sexual, do mesmo modo que o assédio sexual, não ocorrem somente com as meninas, mas também entre os meninos.

“Sempre conversava com um amigo, um dia falava que não tinha dinheiro, e ele me propôs um jeito de arrumar alguns trocados. Era só nós irmos até o Porto do Itaquí, que ele conhecia uns homens que pagavam para eles transar”.

Com isso, percebemos nos relatos dos jovens que a intimidação sexual atinge ambos os sexos. O que desmistifica a transferência de culpa para as meninas por provocarem os rapazes com vestes sensuais.

Em observação nos banheiros da escola privada, não se encontra nenhum escrito, enquanto nas escolas da rede pública, não restavam mais espaços para escritos e desenhos obscenos.

Analisando os dados quantitativos, o menor índice constatado de assédio sexual foi na escola da rede municipal, que se deu por suas singularidades, ou seja, a rede de escola municipal do Estado do Maranhão só oferece até o ensino fundamental, e os alunos pesquisados nesse segmento encontram-se na faixa etária de aproximadamente de 10 a 14 anos. Enquanto que o Estado oferece o ensino médio, atingindo os jovens com faixa etária de 15 a 17 anos de idade, em sua grande maioria.

O Código Penal Brasileiro dispõe em seu artigo 213 do crime de estupro, definindo a conduta delituosa do tipo como “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”.

Para efeito de proteção legal penal, o bem jurídico protegido é a liberdade sexual da mulher, ou seja, a faculdade que tem a mulher de escolher livremente seu

parceiro sexual, podendo recusar, inclusive, se for casada, o próprio marido, quando assim o desejar.

Singularmente neste tipo de crime, o sujeito passivo só pode ser o homem, porém nada impede que uma mulher seja co-autora de estupro.

Nesta pesquisa, aplicamos a definição do estupro contemplada pelo Código Penal e, assim obtivemos uma resposta afirmativa de prática desta conduta dentro da escola pública, através dos questionários aplicados, com 9,6% das ocorrências, conforme demonstrado no gráfico 3, acima demonstrado.

Vale também ressaltar que na escola da rede privada pesquisada, todos os alunos foram unânimes em responder não terem conhecimento de tal prática delitiva.

Esse tipo de violência é considerado como um dos mais graves pelos alunos e todas as escolas estão passíveis de tais acontecimentos, mesmo que seja em número reduzido.

Em observação nos ambientes escolares pesquisados e nos relatos dos sujeitos entrevistados, estes indicam o banheiro como o espaço preferido para a prática desse tipo de violência, embora não se tenha presenciado nenhum caso, nas unidades pesquisadas, os depoimentos dos alunos demonstram que: “na hora do “pega-prá-cá-pá”, o melhor lugar é o banheiro, por que pode ser fechado” (depoimento de aluno do ensino médio escola pública).

A tentativa de estupro ocorre quando todos os atos para a execução do fato já estão preparados, somente não sendo executados por circunstâncias alheias à vontade do agressor.

Em cruzando os dados colhidos nos questionários e nos grupos focais, colhemos que nenhum caso foi apontado nas escolas da rede privada, enquanto na estadual tivemos um percentual de 4.9%, de sujeitos que disseram ter conhecimento dessa prática dentro da escola, enquanto na rede municipal 11.9%, dos sujeitos pesquisados responderam ter conhecimento de tais fatos.

As entrevistas com os técnicos administrativos, professores e diretores, indicam que tais fatos ocorrem pela descoberta da sexualidade pelos alunos, tais como: “os meninos querem pegar as meninas à força para beijar na boca”; “essa coisa de menino entrar nos banheiros das meninas”.

Apesar de baixos índices encontrados, não devem ser desconsiderados pelos gestores, como desprezíveis, devendo ser trabalhados e controlados.

O maior número de informações obtidas foi por parte dos alunos da escola pública de ensino médio. Na escola privada, os alunos não conseguiam discutir o assunto com naturalidade.

Considerando o gráfico 3, identificamos a presença dos tipos de assédio sexual, intimidação sexual, estupro, tentativa de estupro. Esses tipos de delitos devem ser urgentemente trabalhados, pois a violência contra a liberdade sexual dos sujeitos envolvidos na presente pesquisa, especialmente quando tratamos de crianças e adolescentes compromete não só a sua dignidade pessoal, mas toda a sua formação moral e psíquica, pondo em risco a sua saúde, enquanto ser humano em formação de caráter e constituição física. Portanto, as práticas de violência contra a liberdade sexual, da criança e do adolescente, identificadas no presente trabalho, devem ser repelidas do cotidiano escolar, quer com políticas públicas específicas quer com modelos de gestão, pautadas com códigos de ética e repreensão a esses comportamentos.

O abuso sexual é entendido nesta pesquisa como toda situação em que uma criança ou adolescente é usada para gratificação sexual, por pessoas mais velhas.

A situação se caracteriza assim: O abusador

se aproveita do fato da criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acontecimento. A criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir o seu consentimento (ABRÁPIA apud BRASIL, 2004, p.25).

O abuso sexual pode ser intrafamiliar incestuoso, que é qualquer relação sexual entre adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando presente um laço familiar, que pode ser direito ou não, ou ainda nos casos de responsabilidade (COHEN apud BRASIL, 2004).

A doutrina a cerca do tema, como os fatos que foram devidamente denunciados, processados e julgados pelo poder judiciário, hoje compilados em forma de jurisprudência, demonstram que na maioria dos casos, o autor da agressão é uma pessoa que a criança conhece, ama ou em quem confia. O autor do delito quase sempre possui uma relação de parentesco com a vítima e tem certo poder sobre ela, quer do ponto de vista hierárquico, quer do ponto de vista econômico, ou ainda efetivo.

Ou ainda, o abuso sexual pode ocorrer de forma extrafamiliar, ou seja, ocorre fora do âmbito familiar. Neste tipo o agressor é muitas vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia, tais como: vizinhos ou amigos da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, médicos, psicólogos, padres, pastores, etc. Porém ressalta casos em que o autor pode ser uma pessoa desconhecida.

Pode ainda ocorrer a prática do abuso sexual em instituições de atendimento à criança e ao adolescente, encarregadas de proteger, defender, ou aplicar medidas sócio-educativas e outros espaços de socialização.

A presença e a persistência da conduta do abuso sexual, não têm só a ver com os atos dos autores da agressão contra as vítimas, mas sobretudo com a legitimidade que o Estado atribui aos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, para normatizar, controlar e fiscalizar a sociedade.

Ao analisar os dados encontrados em nossa pesquisa, observamos um percentual considerado alto em ambos os segmentos das escolas pesquisadas. Entretanto, ao levar para as discussões nos grupos focais, percebemos nos depoimentos dos sujeitos entrevistados, que houve uma confusão de entendimento, tanto nas escolas públicas, quanto nas escolas privadas. Os estudantes pesquisados entenderam a forma de abuso prevista no questionário como abuso de autoridade, dos professores e diretores das respectivas escolas, e, em outros depoimentos, ainda tivemos declarações que denotam a confusão em relação ao poder disciplinar dos professores e diretores em chamar a ordem, em momentos de tumultos, com o verdadeiro abuso de poder imposto de forma imperativa e excessiva.

Entendi que esse abuso era por parte do diretor ou do professor, em querer obediência na sala de aula; [ou] Ah! eu não entendi, achei que era porque o professor não deixa a gente sair da sala, na hora que a gente quer; [ou] porque ele não quer mais explicar o conteúdo, ou não sabe explicar e resolve abusar da sua autoridade de professor.

Diante do exposto, entendemos que a análise do tipo delituoso de abuso sexual ficou prejudicada na presente pesquisa. Entretanto, observamos que os alunos não estão suficientemente preparados para a discussão do tema, menos ainda encontram-se preparados para se protegerem das armadilhas dos pedófilos,

que podem estar em todos os lugares, da *internet* em suas casas aos demais lugares particulares e públicos.

▪ Uso de armas

Com o agravamento da violência na sociedade brasileira, tornou-se uma constante o uso de arma como recurso perante os conflitos, inclusive no ambiente escolar.

A literatura nacional e internacional sobre violências nas escolas aponta que a facilidade de disponibilidade de uma arma aumenta a possibilidade de ocorrência de confrontos entre os jovens. Ter uma arma significa para o jovem, mais do que a intenção de cometer algum crime, impõe respeito, protege-se e defende-se, (COX, 1997; FLANNERY, 1997; DAY, 1996 apud ABRAMOVAY; RUA, 2004).

No Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, os dados desta pesquisa apontam um índice pequeno no uso de arma de fogo, pelos alunos das escolas da rede pública e na escola privada inexistente.

Na discussão sobre o tema, especificamente, se os alunos trariam armas para a escola, tivemos os seguintes resultados:

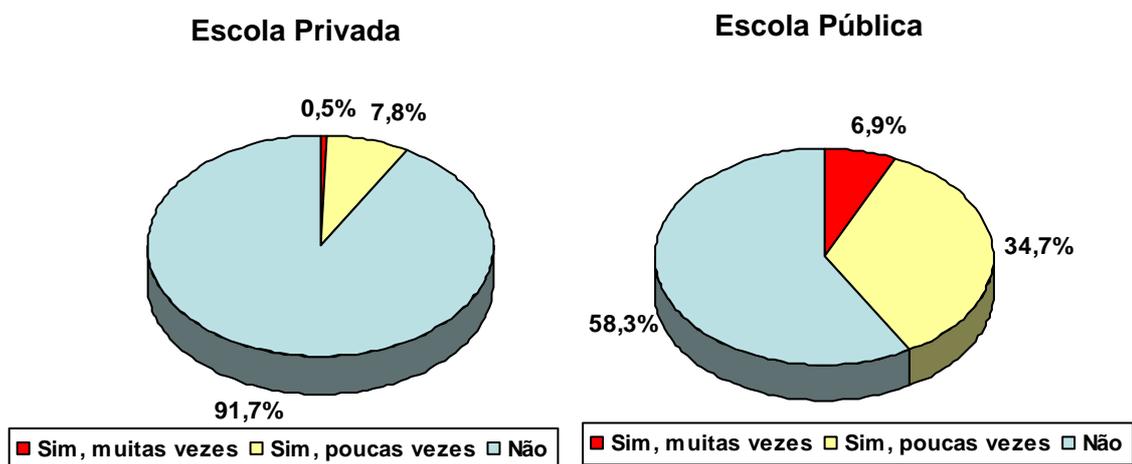


Gráfico 4 – Uso de armas

Em discussão nos grupos focais entre os alunos da escola pública, os mesmos demonstraram que as armas são usadas para “ter mais poder”; “em casos de promessa de vingança anterior ou por rivalidade”; e “para se defender”.

Nos grupos de professores, diretores e técnico-administrativos, foi dito que: “aqui os alunos usam arma branca de todo tipo, canivetes, faca, faquinha e outros”.

Assim, ressaltamos que, apesar das armas de fogo não estarem associadas às praticas mais corriqueiras de violência no ambiente escolar, não devemos desprezar ou naturalizar como comportamento de normalidade, pois, assim estaríamos cultivando uma cultura de banalização da violência.

E, ao detalharmos sobre o tipo de armas mais usadas dentro da escola pelos alunos, eles responderam que já viram pelo menos um tipo de arma na escola, tais como: revólver, faca, canivete, giletti, chuçõ e outras, conforme demonstrado do gráfico 5.

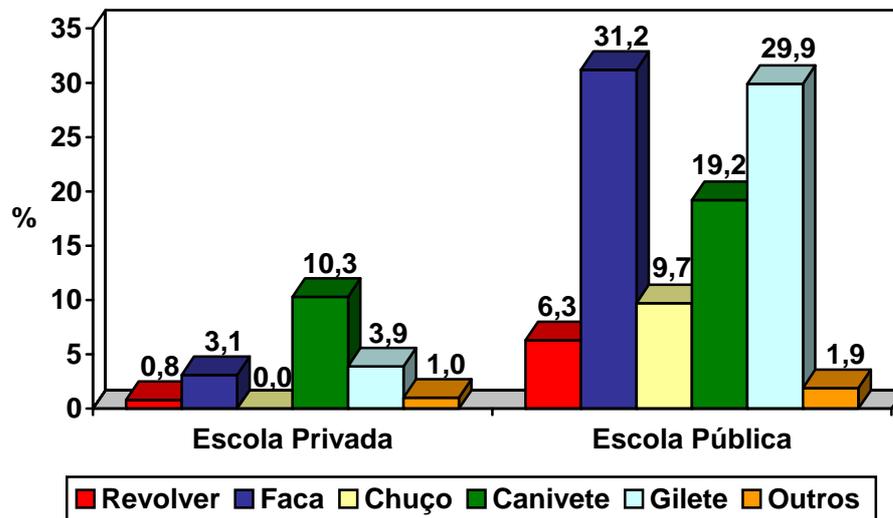


Gráfico 5 – Tipos de armas

Nas escolas municipais, 17.2%, dos alunos apontaram o chuçõ; na rede estadual, os números indicaram a faca, com um percentual de 29.7% e na rede privada os alunos indicaram o canivete, com 10.5%, como os tipos de armas mais presentes no dia-a-dia escolar.

Na discussão dos grupos focais, quer formados por alunos das escolas públicas, quer pelos da escola privada, ambos afirmam que é fácil conseguir entrar com uma arma dentro da escola, nas suas afirmações, alegam: “falta de fiscalização por parte das escolas”; “qualquer pessoa aluno, professor, pais e outras pessoas que entram na escola, não são adequadamente examinadas, ou seja, não existe

nenhum detector de metal, nas entradas das escolas de São Luís”, o que facilita o acesso de armas dentro da escola.

Os índices apresentados nesta pesquisa não chegam a ser assustadores, porém vale ressaltar que qualquer tipo de armamento sinaliza não somente violências efetivas e explícitas, mas por outro lado cenários que banalizam a violência. Como enfatizado por Abramovay e Rua (2004), testemunhar o porte de armas, significa ser parte de um campo que pode passar a ser de batalha a qualquer momento.

▪ **Roubos e furtos**

Esclarecemos que os conceitos para estes tipos de delitos são os mesmos utilizados pelo Código Penal, tendo em vista as condutas praticadas pelos autores serem as mesmas do tipo legal. Vejamos:

Art. 155 – Furto – “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”.

Art. 157 – Roubo – “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”.

A compreensão dos sujeitos entrevistados, com relação ao furto, tanto nas escolas públicas, como na privada, aparece naturalizado nos relatos: “essas coisas são normais”, ou, “eu furto por que ele tem mais do que eu” (depoimento de aluno da rede pública estadual). Ressaltamos declarações de alunos que afirmam que já furtaram “eu furto o colega, sempre que um amigo tinha uma caneta legal e eu não tinha, pegava a dele e ficava”. Outros ainda enfatizam que “até mesmo da diretora já sumiu R\$ 50 (cinquenta) reais”.

Ao abrir a discussão sobre quais os motivos que podem levar o aluno a furtar, de pronto foi respondido que:

Às vezes por doenças que não são detectadas pelos pais ou gestores escolares; por sentimento de inveja, na minha sala já sumiu várias vezes, e nós sabemos quem é, ou ainda, por falta de cuidado dos pais, quando as crianças chegarem com alguma coisa diferente em casa deve ser questionado, de como adquiriu o objeto, porém o que vem ocorrendo é o contrário, ninguém pergunta nada e nem vê; na minha escola os alunos ficam com as coisas dos outros colegas porque querem e não por necessidade.

Apresentamos que o conjunto de informações obtidas sobre as causas que levam os alunos a furtar, é diverso, passando por sentimentos de inveja, falta de orientação dos educadores, até pela falta de acompanhamento dos pais aos filhos, criando um ciclo vicioso e desculpável, como se tudo não passasse de um comportamento normal entre os jovens, o que culmina com a banalização da violência.

Os dados que apontam a inveja e o ressentimento como causa do furto entre os jovens, tentando amenizar tais comportamentos, justificando que as diferenças sociais estimulam jovens mais pobres a furtarem, como vistas a equilibrarem a diferença de *status* social entre eles, são injustificáveis, pois em baila estão os valores éticos da sociedade futura, uma vez que a nossa população-alvo está composta de jovens que variam entre 10 a 17 anos de idade.

Um grupo de alunos entrevistados na escola privada revela, contrariando a posição dos que defendem que a causa dos furtos são as diferenças sociais e a necessidade financeira, que os furtos também ocorrem por outras razões, como evidenciamos na seguinte fala: “na minha escola os alunos ficam com as coisas dos outros colegas porque querem e não por necessidade”.

Os dados quantitativos mostraram que a incidência de furtos ocorre nas três esferas das escolas pesquisadas. Entre os alunos da rede privada, os dados indicam que 18,6% viram alguém sendo furtado dentro da escola e 42% afirmaram que já ouviram falar, já na escola estadual os dados obtidos foram 26,8% afirmaram que já viram e 33,9% que já ouviram falar, enquanto na escola municipal obtivemos 26,2% que afirmaram que já viram e 30,9% ouviram falar.

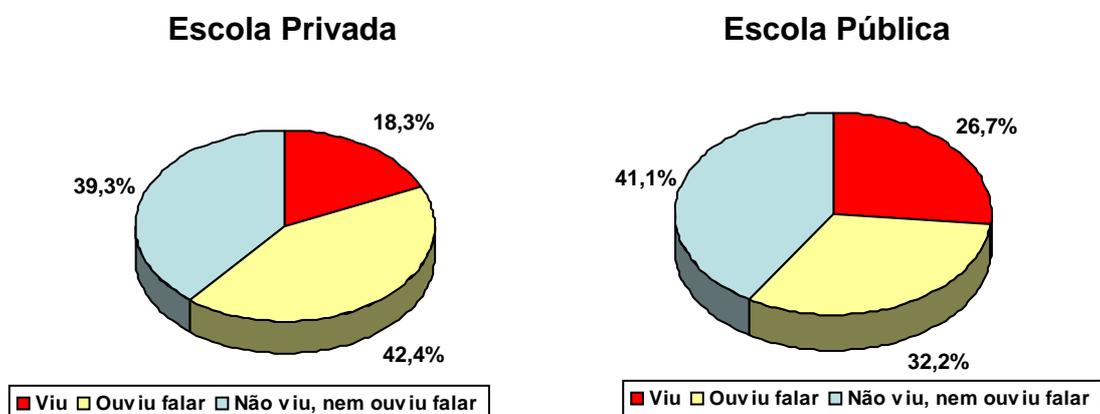


Gráfico 6 – Roubos e furtos

Entre os objetos de ocorrência, identificados nos furtos foram: celular, dinheiro, caneta, borracha e estojo.

Nas escolas pesquisadas, observamos entre os jovens a insegurança em deixar seus pertences fora do seu controle. É notório uso de cadeados nas mochilas. As meninas estão sempre transportando suas bolsas, até mesmo no horário do recreio e sempre que ocorre algum evento as mochilas dos alunos ficam em suas respectivas salas, trancadas a chave.

Entre as vítimas de furtos, ficaram evidenciados como alvo os jovens que ostentam objetos valiosos.

Conforme verificamos nos dados coletados, o comportamento de alunos com práticas de furto, não deve ser desprezado. Ao contrário, há necessidade urgente de ser trabalhado, pois os dados evidenciam desrespeito aos outros e violação aos princípios éticos.

Quando ao roubo, não ficou evidenciado nenhum caso entre as escolas pesquisadas.

▪ **Gangues**

O surgimento das gangues no cenário urbano de São Luís ocorre no final dos anos 1980, modificando a maneira dos jovens se organizarem e marcarem sua presença no espaço social.

Abramovay e Rua (2004), ao se referirem sobre as gangues no Brasil, chamam a atenção para a análise de Sánchez Jankowski sobre a realidade das gangues norte-americanas, que possuem estrutura formal de organização, hierarquia, liderança definida, identificação com um território e engajamento em comportamento violento, sublinhando que essas características não são transponíveis para a nossa realidade.

As autoras, ainda apontam Dubet em seus estudos sobre a juventude francesa ao introduzir o termo “galèri”. A princípio pode parecer pertinente ao universo brasileiro, para compreender os modos de interações, sem, contudo pontilhar que o modelo estudado por Dubet, na França, tem como questão os conflitos e tensões decorrentes da imigração, a derogada dos bairros operários, o enfraquecimento do movimento operário, a privação de uma consciência de classe.

O que todavia não ocorre com os grupos de jovens integrantes das gangues no Brasil.

No Brasil, a palavra gangues tem sido utilizada genericamente para nomear um grupo de jovens ligados à delinquência (ABRAMOVAY; RUA, 2004).

Por outro lado, a mídia, por seu papel de difusão, atribui às gangues a ação de certos crimes, assaltos, roubos, brigas e agressões envolvendo jovens, não se importando que tais crimes tenham sido cometidos de forma individual. Conforme apontam as pesquisadoras supramencionadas: “Um grupo de jovens reunidos se transforma numa gangue”; “o jovem de boné e bermudas largas passa a ser membro de uma gangue”; “a troca de insultos entre adolescentes na porta da escola se transmuta em desafio entre gangues rivais”.

Como a pretensão desta pesquisa não é estudar as gangues, fizemos um pequeno esboço apenas para identificar e caracterizar um membro de gangue.

Na amostra coletada nas escolas pesquisadas aparece um percentual baixo de jovens que afirmam pertencer a uma gangue. Entretanto, esse número aumenta dependendo da escola pesquisada.

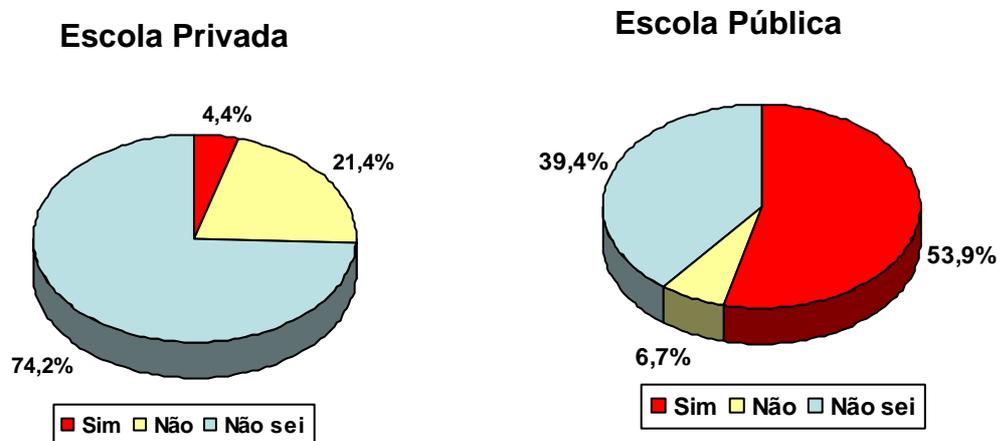


Gráfico 7 - Gangues

A escola privada aparece com uma frequência de 16 e percentual de 4.2%, os alunos responderam que há alunos pertencentes a gangues, enquanto na escola estadual, a frequência foi de 146 e percentual de 61.1%.

Na escola municipal, os dados nos apontam que com uma frequência de 108 entrevistados e um percentual de 46.4% responderam existir alunos que pertencem a gangues.

Os jovens identificados na presente pesquisa, como pertencentes a gangues estão diretamente envolvidos como autores de comportamento de violência/criminalidade.

Um outro dado que chamou a atenção é que todos esses jovens apontados como pertencentes a gangues não são jovens desocupados. São estudantes dos turnos matutino e vespertino, na faixa etária de 13 a 17 anos.

A formação das gangues, segundo os sujeitos entrevistados, ocorre da seguinte forma:

[...] as gangues são formadas de grupos de amigos que se juntam nas praças ou quadras do bairro, tipo assim da mesma área, da mesma rua; tá a fim de forma uma galera?; aí se inventa uma sigla; mais também isso acontece dentro da escola, um grupo se junta para defender um amigo ameaçado ou espancado; e este grupo de reúne com outros para se vingar.

Assim, verificamos que as gangues surgem quase que por acaso ou mediante um elo de proteção com um dos integrantes de amigos, despertando um ritual de ameaças e vinganças, aparecendo uma cumplicidade que assume aspectos de organização.

A partir daí, quase sempre eles se vestem da mesma maneira, cor do boné, modelos de camiseta, criam linguagens próprias, cumprimentos diferenciados e gingados no andar, como que se identificando entre seus integrantes.

Uma outra característica levantada é com relação ao número de integrantes que pode chegar até mesmo com mais de cem pessoas, conforme o depoimento de uma garota integrante de gangue “foi integrante de gangue, namorava o chefe deles, a minha gangue era formada por mais de cem pessoas, era uma das maiores do bairro” (grupo focal da escola pública estadual).

Como constatamos, não só os rapazes fazem parte de gangues, as meninas também apontam suas participações.

Os jovens estudantes participantes dos grupos focais explicam que a entrada de um jovem em uma gangue é por falta de ter o que fazer durante todo o dia e pela ausência dos pais, ou ainda por se sentirem sem proteção. Vejamos o seguinte depoimento: “minha mãe trabalhava o dia inteiro como cobradora de ônibus, não tenho pai, ficava sozinha o dia todo, daí comecei a namorar o integrante da gangue para me sentir mais protegida me tornar conhecida e famosa”.

Os dados coletados nesta pesquisa indicam uma vulnerabilidade muito grande dos jovens estudantes moradores dos bairros considerados como violentos, que estão mais passíveis de envolvimento com gangues, sendo necessário um trabalho urgente de prevenção.

▪ **Das Drogas**

O tema das drogas mobiliza progressivamente as atenções e a preocupação de países do mundo inteiro, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento. Nesse sentido é que a década de 1990 foi declarada pelas Nações Unidas, como a década de combate ao uso das drogas.

A escalada do uso e abuso de drogas no Brasil e, atualmente, um dos fenômenos sociais mais preocupantes em função da multidimensionalidade que apresenta.

Os problemas oriundos do uso da droga são sensivelmente crescentes, principalmente na área da saúde e da segurança pública, tornando-se um impeditivo na busca da paz social.

No que toca à saúde, várias espécies de tratamento terapêutico têm sido implementados, com o propósito de minimizar os efeitos que a droga causa no organismo.

Na área da segurança, observamos um agravamento da situação. O binômio droga-criminalidade movimenta a máquina da violência, através do crime organizado, da vulgarização do homicídio, da indústria do seqüestro, do crescimento sem paralelo da corrupção, do estelionato e de muitas outras condutas anti-sociais.

Não obstante o conjunto de esforços permanentes na busca de mecanismos resolutivos, o balanço da política repressiva de combate às drogas, empregadas até o momento, traduz a frustração de não se ter refreado o consumo de entorpecentes, apresentando resultados escassos no tocante à reeducação.

Diante desse quadro contraproducente, os modelos político-jurídicos nacionais voltaram-se para a administração de tratamentos anti-proibicionistas de prevenção, reabilitação e reintegração social.

No âmbito das políticas públicas, aplicam-se estratégias visando à redução da mortalidade, à diminuição dos riscos e danos e o fim do estigma social, que paira sobre o usuário de drogas.

Em nível jurídico, passaram a ser desenvolvidos novos procedimentos, procurando evitar a reincidência delitiva e o regresso ao consumo de drogas, através de uma distinção crescente entre dependente e infrator.

A abordagem dos envolvidos com drogas tende a ser feita de forma a direcionar o consumidor que tenha praticado uma infração penal aos serviços de prevenção e tratamento. Para tanto, as autoridades judiciárias possuem ao alcance uma série de medidas substitutivas.

Segundo informações obtidas nas entrevistas dos grupos de direção das escolas públicas pesquisadas, a aproximação do espaço escolar com as drogas dá-se pelos interesses dos grupos de traficantes em formar uma clientela.

Esses grupos são formados de forma gradativa e crescente, em horários diversos, mas com maior intensidade nos momentos de recreio e ao final da tarde, culminando esses movimentos nos horários de saída dos alunos (Diretora da escola pública “Y”, vespertino).

Os dados colhidos mostram que o consumo de drogas é consistentemente mais elevado entre os jovens estudantes da rede pública de ensino do que aos da rede de ensino privada, sendo mais generalizados o cigarro, a bebida alcoólica e a maconha.

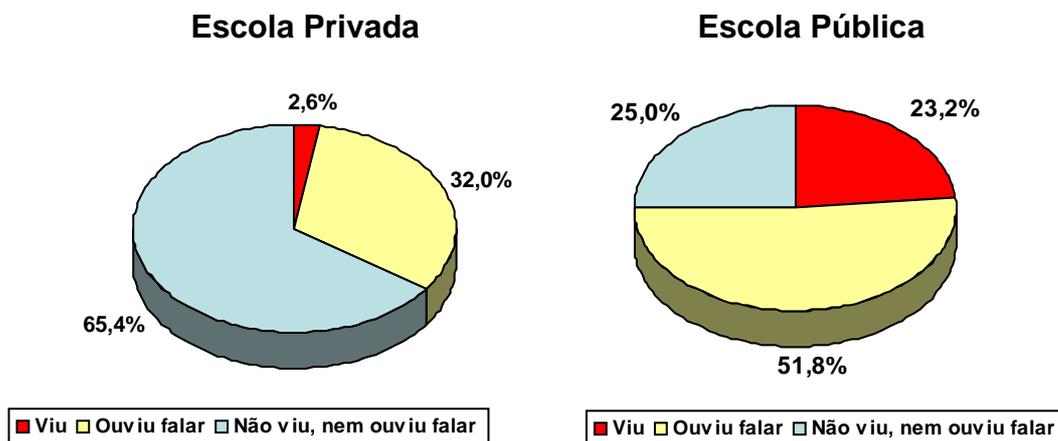


Gráfico 8 – Consumo de drogas na escola

A entrada das drogas nas escolas da rede pública foi considerada fácil, por um percentual de 84.6%, enquanto na escola privada 46.5% consideraram difícil.

Conforme os dados acima, verificamos que a droga pode circular sem obstáculos em todas as escolas pesquisadas. Entretanto, cabe ressaltar que quanto

menor é a facilidade de entrada de drogas na escola, maior é a chance de um baixo índice de violência dentro da mesma, pois em uma escola onde os alunos consideram mais difícil a entrada de drogas há certamente um maior controle exercido pela escola, portanto, a probabilidade de ocorrerem altos índices de violência é menor.

A localização da escola constitui-se hoje um dos grandes dilemas dos pais no momento em que precisam optar por uma escola onde matricular seus filhos, pois precisam atentar para os “sinais” de que a escola se constitui ou não ponto de ampliação do tráfico de drogas. A insegurança pode estar influenciando também na hora de decidir em que turno estudar, mas quem só tem disponibilidade à noite está desistindo. É o que mostram os dados da Secretaria Municipal de Educação do Município, das 13 mil vagas oferecidas, apenas 9 mil foram preenchidas.

A falta de segurança e a disseminação do tráfico de drogas são crescentes a cada dia em São Luís e as escolas, vulneráveis, passam a depender de sua localização, pois a depender da segurança pode a instituição se tornar mais um ponto para ampliação da venda e consumo de tóxico.

Com a atenção voltada a este questionamento, obtivemos os seguintes dados:

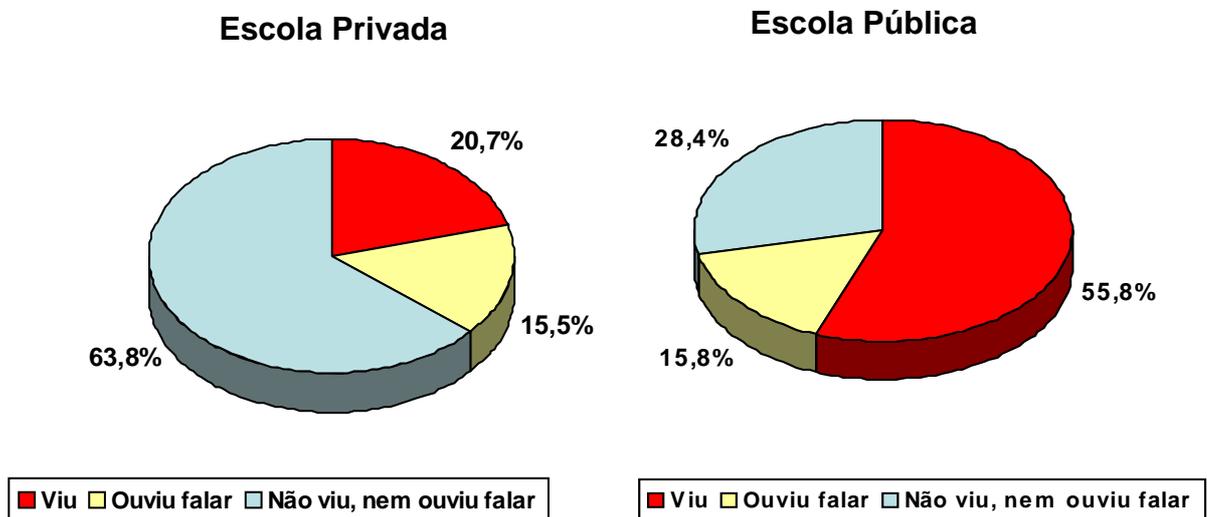


Gráfico 9 – Consumo de drogas perto da escola

E mais uma vez constatamos que o alunado das escolas públicas pesquisadas está mais vulnerável à violência, pois, como já ressaltado, essas

escolas localizam-se em bairros com alto índice de criminalidade e com pouca ou quase nenhuma segurança.

▪ **Ofensas**

Este subitem trata da análise das “incivilidades”, termo utilizado pelos franceses para explicar os tipos de condutas que não são passíveis de proteção penal, pois o Estado, ao avocar para si a responsabilidade de julgar as condutas dos indivíduos, fez uma seleção dos casos mais graves. Entretanto, não se deve desprezar, neste trabalho, alguns comportamentos nas relações escolares, posto que suas conseqüências e sua banalização poderão levar a conseqüências mais graves.

Os tipos de ofensas identificadas nos grupos pesquisados foram: as ofensas verbais, grosserias diversas, empurrões, interpelações e apelidos.

Lanterman (2000, p.151) investigou duas escolas em Florianópolis, marcadas pela sensação de caos e deterioração do clima diário das interações. Inspirada nos estudos franceses que recorreram à noção de incivilidade, a pesquisadora, ao recompor o quadro tenso que atingia os alunos e professores concluiu que “não é possível afirmar que as incivilidades se somam ou se transformam, ao longo do tempo, em crimes, como se fossem uma gênese daqueles acontecimentos mais graves”.

Entretanto, ressalta o fato de que os limites anti-sociais das condutas, sendo ultrapassados, facilitam este indesejável avanço, ao lado da afirmação da ausência de poder (seja da sociedade em geral, dos educadores, dos pais, dos valores) que a isso se oponha (LANTERMAN, 2000).

Os dados confirmam a existência destes tipos de comportamentos como corriqueiros no ambiente escolar ludovicense. Entretanto, chamamos a atenção de que tais condutas ofendem a dignidade da pessoa humana, a sua reputação enquanto indivíduo, ou seja, o conceito que os demais membros da sociedade têm a seu respeito, relativamente a seus atributos morais, éticos, culturais, intelectuais, físicos. Sabemos que muitos dos apelidos oriundos das brincadeiras escolares acompanham o ser até a sua fase adulta e, às vezes, podem denegrir a sua imagem, nas várias dimensões acima esboçadas. Por outro lado, não muito raro, às vinganças guardadas na fase escolar, podem mais tarde ser vivenciadas na fase

adulta. Assim, acreditamos que tais condutas devem ser trabalhadas, com propostas pedagógicas humanizadas, com respeito ao outro, tolerância às diferenças, numa convivência mais saudável, em todas as escolas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

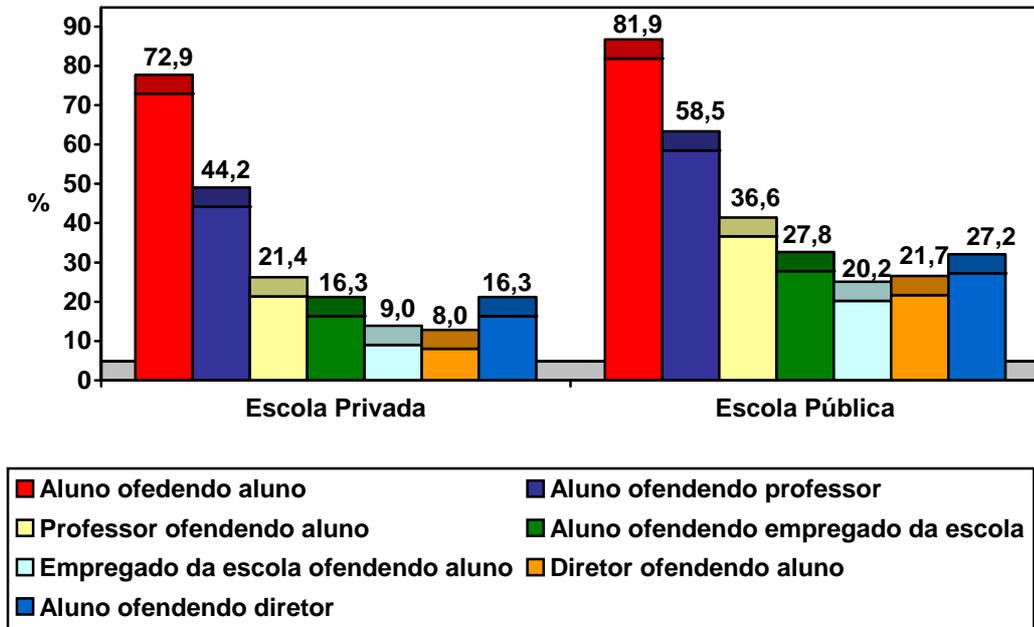


Gráfico 10 - Ofensas

As ofensas têm origem nas interações entre agressores e vítimas, em determinadas situações. Alguns atos agressivos são cometidos por pessoas portadoras de tendências violentas, que podem ser estáveis e duradouras, ao passo que outros são cometidos por pessoas mais “normais”, que se vêem em situações que tendem a levar à agressividade.

Em observação e entrevistas com a direção das escolas públicas, ficou demonstrada a ausência de profissionais habilitados, no trato com as crianças e adolescentes que porventura apresentem comportamento com transtornos psicológicos ou comportamentais, todas as crianças são tratadas de maneira igual, sem análise prévia da conduta. Assim, concluímos que as escolas estão desamparadas na percepção desses fatores.

Debarbieux e Blaya (2002), em o artigo escrito por David P. Farrington, na parte que trata dos fatores de risco, ilustra que dentre os principais riscos para a

violência juvenil estão os psicológicos, como: hiperatividade, impulsividade, controle comportamental deficiente e problemas de atenção.

Comenta o autor que no acompanhamento de mais de 1000 crianças, realizado em Dunedin (Nova Zelândia), os níveis de deficiência do controle comportamental, como impulsividade e falta de persistência, nas idades de 3 a 5 anos, em meninos, eram um indicador significativo de futuras condenações judiciais, por atos violentos, nas idades até 18 anos, em comparação com os meninos que nunca haviam sido sentenciados.

Com tal exemplo, é marcante o descaso na formação das crianças e adolescentes estudantes das redes de ensino público. Fica clara a necessidade de um novo aparelhamento na estrutura escolar maranhense, pois tais fatores de risco deveriam ser detectados e trabalhados com programas de acompanhamento, numa idade ainda tenra. Assim quem sabe, seria possível se amenizar os comportamentos violentos.

3.2 Autores e vítimas da violência

Antes de tratarmos dos autores e vítimas da violência nas escolas, não podemos deixar de tecer algumas considerações dos fatores de risco para a violência juvenil, segundo os estudos de David P. Farrington, demonstrados por Eric Debarbieux e Catherine Blaya, em seu livro “Violência nas Escolas e Políticas Públicas”, traduzido por Patricia Zimbres, edições UNESCO Brasil (2002). Enumeram as variáveis que levam a prever um alto índice de violência juvenil, como, por exemplo, impulsividade, baixo desempenho escolar, pais criminosos, baixa renda familiar e supervisão parental deficiente. Os autores alertam que tais variáveis, se identificadas na criança e acompanhadas desde a infância até a idade adulta, poderiam reduzir o número de adultos violentos.

Como exemplo positivo de acompanhamento, os autores acima referenciados citam os estudos de Cambridge sobre o Desenvolvimento Delinqüente, que consistiu num levantamento longitudinal prospectivo aplicado a cerca de 400 jovens de sexo masculino da região de Londres (FARRINGTON, 1995 apud DEBARBIEUX; BLAYA, 2002). Esses jovens começaram a ser estudados na idade de oito anos, tendo sido entrevistados oito vezes, até a idade de trinta e dois

anos, mais algumas informações adicionais de seus pais e professores, na época em que esses meninos freqüentavam a escola, além de pesquisa de seus antecedentes criminais, até a idade de 40 (quarenta) anos. O resultado da pesquisa demonstrou que até essa idade, 40% deles foram condenados por algum delito, excluídos os delitos de pequena monta, como infrações de trânsito e bebedeiras. Com isso, ele conclui que “a agressividade infantil prenuncia violência juvenil”. Para tanto faz referência ao acompanhamento de Örebro (Suécia) de cerca de 1000 jovens. Dois terços dos rapazes que haviam sido oficialmente autuados por comportamentos violentos em idade inferior a vinte e seis anos haviam apresentado altos níveis de agressividade entre as idades de 10 a 13 anos.

Os transgressores violentos tendem a cometer diferentes tipos de crime, demonstrando, assim, possuírem problemas de outra natureza, como: não comparecimento às aulas, consumo de substâncias entorpecentes, mentiras contumazes e promiscuidade sexual. Entretanto, e apesar dos diferentes tipos de delitos cometidos, eles apresentam um pequeno grau de especialização (BRENNAN et al., 1989 apud DEBARBIEUX; BLAYA, 2002).

E como medidas para prevenção eficaz da violência e criminalidade juvenil, os autores apontam programas de prevenção centrados nos fatores de risco à criminalidade e sua implementação visando combatê-las.

A prevenção centrada nos fatores de risco foi importada da criminologia para a medicina e para a saúde pública por pioneiros como Hawkins e Catalano (1992 apud DEBARBIEUX; BLAYA, 2002). Os fatores de risco tendem a ser os mesmos para muitos resultados diferentes, incluindo delitos violentos e não-violentos, problemas de saúde mental, problemas de consumo de álcool e drogas, fracasso escolar e desemprego. Desse modo, um programa de prevenção que consiga reduzir os fatores de risco para os crimes violentos terá grande probabilidade de exercer efeitos altamente positivos sobre uma vasta gama de outros problemas sociais.

Os dados coletados em todas as escolas pesquisadas apontam como agressores e vítimas, independentemente do tipo de violência, os próprios alunos.

O pouco tempo estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) para uma pesquisa de mestrado, limitou, nesta pesquisa, a curiosidade na busca investigativa dos fatores de risco que levam um jovem a cometer atos violentos.

Ainda assim, os achados confirmam o que a literatura de Debarbieux e Blaya (2002), sinaliza como variáveis de risco a comportamentos violentos.

Os agressores identificados no trabalho, especialmente nas escolas da rede pública, são pessoas com baixa auto-estima, possuem um rosário de notas baixas em seu currículo, já possuem algum vício, tais como bebidas alcoólicas, drogas, ou já são notoriamente pertencentes a grupos de gangues.

Identificamos, ainda, segundo a ótica dos alunos entrevistados nos grupos focais da escola privada que as características dos autores de atos violentos, são sempre as mesmas, ou seja:

geralmente o indivíduo agressor faz parte do grupo de maioria, para ter apoio do grupo; ou mesmo aquele aluno que é sempre oprimido, um dia fica cheio e sai agredindo; o problemático, com notas, com relacionamento com os colegas, aquele que no fundo tem baixa estima, como maneira de auto afirmar-se surge como agressor; às vezes eles surgem para ser conhecido como o mais poderoso e ser respeitado.

Nas afirmações do grupo de jovens, observamos algumas peculiaridades dos jovens agressores, que levaram a entender que o agressor quase sempre é apoiado pela maioria, mesmo que silenciosamente, pois permanece no grupo sem sofrer exclusão por seus atos reprováveis. Com isso, mais uma vez se concorda com Costa (1993), Rodrigues (1994) e Guimarães (1998), quando reconhecem os efeitos da banalização da violência sobre a sociabilidade dos alunos e a existência de um clima tenso entre si, afetando o conjunto da atividade escolar.

Porém, quando perguntada como a direção da escola tratava dos casos de violência dentro da escola, a resposta em todas as escolas pesquisada foi a mesma. Se o caso for grave, chamam os pais e o aluno recebe advertência, podendo chegar até a ser expulso da escola.

Com tais respostas, fica evidenciada a ausência total de programas de prevenção no trato com a questão da violência e da criminalidade, apesar de reconhecerem a existência de fatos violentos dentro das escolas pesquisadas.

Os professores, técnicos-administrativos e diretores aparecem com um percentual baixo, quer como vítimas quer como autores de atos violentos.

Ao identificar as vítimas da violência, observamos que os alunos mais tímidos, homossexuais, negros e gordos são os mais passíveis de discriminação e conseqüentemente sofrem os atos de incivilidade com maior índice, tais como apelidos e deboches.

Em cruzamento dos dados coletados nos grupos focais, sobre as características dos alunos que são vítimas de atos de violência, alguns depoimentos, serviram de base para chegarmos à conclusão acima exposta, tais como:

[...] normalmente, os mais calados, os negros, os mais inteligentes da sala, podendo ser o que mais se destaca ou o que menos se destaca, ou aqueles que manifestam diferenças; o gordo, o negro, o que não é o tipo ideal; os mais tímidos; o baixinho; o feio; o diferente, os cdfs; os lerdos, o novato na escola.

Os dados indicam vários tipos de alunos que são excluídos pelo grupo, como se ali não fossem aceitos por esta ou aquela característica, ou seja, eles elegem o “tipo ideal” e quem não se moldar ao “tipo ideal” sofrerá o preconceito e a discriminação, ferindo os princípios de individualidade e desrespeitando as diferenças.

Constatamos, ainda, através dos questionários aplicados, que mesmo os alunos que não são vítimas ou autores, um grupo de alunos já viu, ou ouvir falar de atos violentos. Este convívio contribui para a banalização do comportamento violento, pois se torna comum a ocorrência de furtos, roubos, assédio sexual, agressões físicas e verbais, vingança, homicídios, entre outros.

Verificamos também que em alguns casos a violência aparece como defesa, como é o caso dos excluídos, como bem expressou um depoimento “aquele aluno que é sempre oprimido, um dia fica cheio e sai agredindo”. Ou ainda, em situações impensadas, mediante provocação.

Portanto, independentemente de ser autor ou vítima, constatamos que a escola está vivendo uma situação em que as transgressões e os atos violentos e as ocorrências de diferentes níveis de gravidade tornam-se cada vez mais presentes, demonstrando claramente que a violência é uma construção social, com inúmeras variedades e percepções, criando na atualidade uma sociedade de referências violentas. Mas, por outro lado, identificamos que não há nenhum tipo de política, quer interna das escolas ou mesmo pública, que discipline o assunto, no sentido de prevenção ou repressão da violência ou criminalidade direcionada para a comunidade estudantil ludovisense.

4 CONCLUSÃO

Como conclusão, procuramos evidenciar as conquistas alcançadas com a pesquisa “Violência na Escola: da ofensa ao delito penal - uma análise na cidade de São Luís” - partindo dos objetivos do trabalho e dos dados encontrados, por meio da utilização das abordagens quantitativa e qualitativa.

A violência no âmbito das escolas de São Luís, localizadas nos Bairros do Anjo da Guarda e Renascença, segundo as percepções dos alunos, diretores, professores e técnicos administrativos, é entendida como sinônimo de criminalidade, como qualquer dano físico ou moral, e todo desrespeito ao outro, às vezes, aparecendo como instrumento de legítima defesa.

Os tipos de violências evidenciados foram: homicídios, lesões corporais, brigas, constrangimento ilegal, ameaças, assédio sexual, estupro, tentativa de estupro, uso de armas, roubos, furtos, gangues, drogas e ofensas.

Constatamos que as lesões corporais decorrem das brigas, e esta por sua vez é a modalidade de violência mais freqüente entre os alunos, nas escolas, demonstrando os dados um percentual considerado alto, quer na escola pública, quer na privada, especialmente no item “brigam de vez em quando”, 79,1% na escola privada e 70,3% na escola pública, o que precisa de medida urgente, como políticas de solução de conflitos através do diálogo.

As brigas estão banalizadas na percepção dos alunos, como acontecimentos corriqueiros no ambiente escolar, e geralmente começam com ataques verbais proferidos pelos mesmos, sendo os mais comuns os bate-bocas e discussões.

As agressões físicas não se limitam apenas aos alunos, o professor também é alvo, especialmente como retaliação, após atribuição de notas baixas, ou mesmo por questão de ordem disciplinar.

Concluimos, com base nos dados obtidos, que as escolas públicas estão mais expostas à ocorrência de violências, de brigas, agressões e espancamentos, pela menor disponibilidade de recursos e pessoal responsável pela prevenção e controle, além do grande contingente de alunos matriculados nas escolas pesquisadas.

O constrangimento ilegal não ocorre apenas entre os alunos, ele abrange, também, o professor na condição de vítima e autor.

As ameaças, se manifestam através de atitudes de desrespeito às regras adotadas na escola, sendo rebatidas com intimidações a alunos, professores e até a direção e membros do corpo técnico administrativo, gerando um clima de tensão no ambiente escolar.

A maior incidência de ocorrências desse delito é na escola da rede pública, com percentual de 24,2%.

A presença da violência sexual no ambiente escolar pesquisado, foi identificada em suas formas de assédio sexual, intimidação sexual, estupro e tentativa de estupro.

Nos questionários, os alunos afirmaram a presença do assédio sexual, com índice de 62,2% na escola privada e 42,2% na escola pública.

Consideramos como intimidação, as situações relatadas nos grupos focais de ambos segmentos das escolas, que não podem ser consideradas como delitos, mas, segundo o ponto de vista dos sujeitos pesquisados, são expressões de violência, tais como: olhares, gestos, piadas, comentários obsceno, insinuações e contatos físicos maliciosos.

O estupro e a tentativa de estupro evidenciados nesta pesquisa, foram apontados apenas pelos alunos da rede pública, nos questionários aplicados, aparecendo com um percentual 9,6%, 8,4%, respectivamente, o que demonstra uma situação grave, e fragilidade do controle da gestão escolar. O lugar preferido para a prática desse tipo de delito é o banheiro.

Verificamos também a presença de armas, para uso pessoal entre os alunos. A utilização de armas de fogo pelos alunos dentro da escola pública, ainda é pequeno, e na escola privada, não foi identificada a presença de arma de fogo. Entretanto, armas brancas, do tipo faca e canivete, são encontradas como instrumento de defesa dos alunos. A escola pública apresentou um percentual de 31,2% de alunos que portam faca e 19,2% canivete e em seus pertences, e a escola privada 10,3% canivete e 3,1% faca.

Essa situação sinaliza não somente violências efetivas e explícitas, mas, sobretudo, demonstram um cenário que banaliza a violência, além de testemunhar o perigo potencial de agressões, lesões corporais, ameaças e, até mesmo homicídio.

Para os alunos, entrarem com uma arma na escola é fácil, pois, alegam que não há fiscalização das pessoas, não existe detector de metal.

Na compreensão dos sujeitos pesquisados, o furto é naturalizado percebido como comportamento normal da idade, por desrespeito ao outro, por doenças que não são detectadas pelos pais ou gestores escolares, por falta de cuidado e atenção dos pais, quando as crianças chegam em casa com objetos que não lhes pertence.

A incidência dos casos de furto, ocorre nas três esferas das escolas pesquisadas. Na escola privada, 42%, dos alunos afirmaram que já ouviram falar de que alguém já foi furtado; 33,9% da escola estadual e 30,9% da escola municipal, disseram o mesmo.

Os objetos mais furtados são, aparelho de celular, dinheiro, caneta, estojo e borracha.

As principais vítimas são os alunos que ostentam objetos valiosos.

Durante as observações, constatamos o sentimento de insegurança na comunidade escolar, ao deixarem seus pertences sem trancar com cadeados.

As gangues, são organizações de jovens com fim de delinqüência. Esse tipo de organização tem aumentado muito nos últimos anos em São Luís. Quase todos os bairros da capital ludovicense, possuem gangues identificadas, conforme demonstrado pelo Mapa da Violência e Criminalidade, desenvolvido pela Prefeitura de São Luís.

Na escola privada pesquisada aparece um percentual de 4,2% dos alunos afirmam que há alunos que pertencem a gangues. Enquanto que esse número aumenta quando tratado o assunto na escola pública estadual, aparecendo um percentual de 61,1%, seguido de 46,4% nas escolas municipais.

Portanto em número substancial, e apresentando comportamento com gingados e códigos de comunicação verbal, fica caracterizada a presença de alunos integrantes de gangues nas escolas.

O uso de drogas ficou evidenciado em duas condições, o consumo dentro, e nas imediações da escola. Dentre os tipos de drogas mais consumidas se destacaram a bebida alcoólica, o cigarro e a maconha.

No que tange ao consumo das drogas dentro da escola, constatamos uma diferença acentuada entre a freqüência na escola privada e na escola pública, um percentual de 2,6%, na escola privada e 23,2% na escola pública, levantando-se

a hipótese de que este fato está acontecendo pela facilidade de acesso das drogas nas escolas públicas.

Por fim, verificamos as denominadas “incivilidades”, que são expressas por meio de ofensas verbais, grosserias diversas, empurrões, interpelações e apelidos.

Esses comportamentos afirmam a ausência de autoridade dos gestores escolares, além da falta de limites que a família deveria impor às crianças.

Os resultados coletados apontam como agressores e vítimas, em maior quantidade, independentemente do tipo de violência os próprios alunos.

Diante da realidade da violência no ambiente escolar, tentamos identificar propostas de trabalhos desenvolvidas pelas escolas, como forma de prevenção dos fatores de risco, a serem observados e tratados.

Na escola privada, existe algum tipo de trabalho, como acompanhamento dos alunos por psicopedagogo, às crianças com idade de 2 a 6 anos. Após essa faixa etária, não existe nenhum trabalho de acompanhamento que abranja todos os alunos.

Na escola pública, não foi identificado nenhum trabalho de prevenção dos fatores de risco que possam levar a prever casos de violência juvenil. Assim, os nossos jovens mais pobres ficam a margem do acaso, de um dia terem medidas para prevenção da violência e criminalidade juvenil.

Por outro lado, houve limitações de tempo para aprofundar a investigação sobre os fatores de risco que levam um jovem a cometer atos violentos. Apesar desse limite, os nossos achados confirmam o que a literatura aponta como variáveis de risco para o comportamento violento.

Os agressores identificados nesta pesquisa, são pessoas de baixa auto-estima, com déficit de aprendizagem e apresentam muitas notas baixas em seus boletins. De um modo geral, já possuem vícios, com uso de bebidas alcoólicas, drogas e, alguns deles, são membros de gangues. Existe também aquele que é oprimido pelo grupo e um dia resolve liberar todas as retaliações sofridas, e se torna um agressor.

As vítimas por sua vez são aqueles mais tímidos, homossexuais, negros e gordos.

A escola atual está vivenciando situações de transgressões e atos violentos, de diferentes níveis de gravidade, o que demonstra ser a violência uma

construção social, inerente a uma sociedade de referências violentas. Entretanto, percebemos que a escola não tem como resolver esses problemas isoladamente, pois necessita de políticas públicas específicas que disciplinem o assunto, nos dois pólos, com a prevenção e a repressão e qualificação de pessoal.

A partir da compreensão dos sujeitos pesquisados, as causas da violência no ambiente escolar relacionam-se com os seguintes aspectos, que contribuem para o desenvolvimento agressivo dos indivíduos: aspectos de caráter exógeno: contexto social, meio de comunicação e características familiares; e dos aspectos de caráter endógeno: clima escolar, relações interpessoais e características pessoais dos alunos em conflito.

Apesar da violência física se apresentar como a mais visível entre os sujeitos pesquisados, eles também apontam a existência da violência simbólica, quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes ao aprendizado dos alunos, quando os mesmos professores faltam às aulas, por vezes excessivas e injustificadas, ou ainda, quando desvalorizam os alunos com palavras e atitudes de desmerecimentos. Por outro lado, os professores também sofrem violência, não sendo raro às vezes que são agredidos em seus trabalhos e em sua identidade profissional, pelo desinteresse do aluno. Com esses elementos conjuntos aparece um clima de tensão no ambiente escolar, expresso com condutas marcadas por brigas, ofensas, roubos, furtos e outros entre os membros da escola.

Com a pretensão de explicar as manifestações de violência na escola, a literatura nacional e estrangeira apontando múltiplos vetores, tais como: família, pobreza, desigualdades sociais, desrespeito aos direitos humanos e outros, vetores estes que também foram apontados pelos sujeitos da presente pesquisa.

Ao se trabalhar o tema da violência nas escolas, diversas contradições se apresentaram. Por exemplo: ao mesmo tempo em que a escola se institui como local de aprendizagem de valores para a formação da cidadania e a preparação à vida do jovem, é denunciada pelos sujeitos pesquisados como um lugar propício às manifestações de brigas, furtos, roubos, ofensas, xingamentos, assédios, mortes, lesões corporais e outras manifestações de condutas pautadas como delitos pelo Código Penal, como repugnável e reprovável pelo Estado, inclusive passíveis de punibilidade. Tais conflitos são cometidos entre: alunos e alunos; alunos e professores, alunos e funcionários, alunos e diretores e vice-versa.

O espaço escolar vem se destacando como um lugar violento, pelo fracasso do poder de comunicação racional, pela falta de uma ordem dominante. É ponto pacífico que a pressão por notas, as regras massificadas para conciliar conflito não funcionam mais.

Os professores também se sentem agredidos, pelo comportamento desinteressado do aluno, o que promove um ambiente tenso.

A banalização da violência é preocupante, pois não se pode ver com naturalidade que um jovem acredite que um ato de violência seja somente aquele que envolva criminalidade.

Cabe ressaltar que durante a revisão da literatura foram citados vários teóricos que enxergam a banalização da violência e a formação de uma nova cultura entre os jovens.

A filósofa alemã Hannah Arendt (1994) diz que a violência age de tal forma no ser humano que não deixa registro simbólico, não sustenta a memória, fica um registro sensorial, uma angústia difusa, tanto que a palavra genocídio só surgiu na segunda guerra mundial, antes os turcos aniquilarem os armênios, praticamente não restou memória dessa barbárie.

Os jovens que vivem hoje só violência e barbárie, declaram que viver para eles, é não viver, é não existir e não pensar, o que os psicanalistas chamam de “Hamlets”, que é uma espécie de patologia do não-ser, não existir como pessoa, como sujeito sem visibilidade social. Para esses jovens a vida vale muito pouco.

A violência no Brasil vem desde a colonização, consolidando-se com a falsa modernidade, com as contradições sociais que se acentuam no último século, causando um esgarçamento do tecido social e ético como o que vivemos hodiernamente.

O crescimento anômalo dos centros urbanos nas últimas décadas, promove uma situação paradoxal, por exemplo: na multidão o que existe é desamparo e isolamento, com isso se estabelecem o conflito entre civilização e barbárie.

Um jovem entre 11 e 19 anos, vivendo a exclusão, com uma arma na mão, não tem opção a fazer. A arma lhe dá visibilidade, poder e prestígio. Para esses jovens que não têm cidadania sobre o ponto de vista social e político, não têm plena visibilidade de sua existência como parte da humanidade. A violência impede que eles encontrem outros caminhos na complexa trama da sobrevivência. Logo, a

violência encontrará um terreno fértil para se instalar e eles a reproduzirem na sociedade, que os recebe dessa forma.

Para que haja uma ruptura com as novas formas de violência vivenciadas hoje no ambiente escolar, faz-se necessária a criação de um novo repertório teórico que seja capaz de dar conta do novo tempo presente e de apresentar alternativas viáveis para construção do futuro.

A partir de 1945, surgiu a Declaração dos Direitos Humanos, conjuntamente com a Organização das Nações Unidas, como resposta a dois eventos de ruptura na história mundial, ou seja: a) os campos de concentração do estado totalitário e o lançamento da bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki. O primeiro viu o homem como descartável e o segundo demonstrou a destruição do planeta por uma arma.

A Declaração dos Direitos Humanos estabeleceu que a dignidade do ser humano deve ser imanente independentemente de, cor, sexo, língua, religião, opinião política, nação, riqueza, nascimento, ou outra condição. Assegurando-lhe proteção jurídica e assistencial da comunidade internacional caso a proteção do seu país lhe seja negada, proibindo inclusive a guerra como forma de resolução de conflitos. Assim, ao estabelecer tais princípios, os Direitos Humanos postulam um direito contrário à violência, tendo a paz como princípio norteador.

Assim, acreditamos que a esperança para essa realidade trágica, está na escola, espaço em que jovens que enfrentam dificuldades materiais e emocionais, possam encontrar uma nova oportunidade, desde que haja um ambiente favorável para um desenvolvimento saudável, onde os mesmos possam construir valores pautados numa postura ética e de paz, que preparem as crianças e adolescentes para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, tolerância, igualdade de sexos e amizades entre todos os povos, independentemente de religião e de origem.

A escola, com o apoio e incentivos do Estado, poderá ser uma das saídas desses jovens, para desenvolverem a capacidade de pensar, de sonhar e buscar modelos saudáveis.

A nova escola deve ser um lugar de pensar. Pensar é transgredir, pensar é fundamental. A escola pode, também, ensinar a brincar. A palavra brincar vem do latim e significa vínculo, e o delinqüente é aquele que perdeu a capacidade de criar vínculos. A escola pode ainda, ser um lugar de crianças, adolescentes e de

espontaneidade, que caracteriza o brincar, pois onde se brinca, a violência e a droga têm dificuldade de se instalar.

Na atual sociedade, as famílias terceirizam para as escolas os cuidados parentais e a escola deve dar um novo olhar para as crianças e adolescentes: ajudá-los a construir a auto-estima, para que ela não precise ser construída falsamente pela droga e pela violência, sendo também necessário incluir os pais dentro da escola.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ABRAMOVAY, Mirim; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2004.

ADORNO, S. Violência: um retrato em branco e preto. In: GROSBAUM, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Orgs.). **Violência, um retrato em branco e preto**. São Paulo: FDE, 1994. (Série idéias, 21).

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARNOUD, E.; DAMASCENA, A. **Violência no Brasil**: representação de um mosaico. Rio de Janeiro: CERIS, 1996.

BATISTA, Anália; EL-MOAR. Violência e agressão. In: CODO, Wanderley. **Educação**: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1998.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Guia escolar**: métodos para identificação e sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília, 2004.

CAMACHO, Luiza Ishiguro. **Violência e Indisciplina nas práticas escolares de adolescentes**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – USP, 2000.

CANDAU, Vera. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CARDIA, Nanci. A violência urbana e a escola. **Contemporaneidade e educação**, Rio de Janeiro, ano 2, n.2, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COSTA, Márcia Regina. **Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celina de Maria Veras (Org.). **O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2001.

_____. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FÁVERO, A. A. A problemática da disciplina na prática pedagógica em sala de aula: a comunidade de investigação como tentativa de superação. **PHILOS – Revista Brasileira de Filosofia**, Santa Catarina, n. 8, p. 32, 1997.

FERNÁNDEZ, Isabel Garcia. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade**. Tradução de Fulvio Lubisco. São Paulo: Madras, 2005.

GUIMARÃES, A. **Escola e violência: relações entre vigilância, punição e depredação escolar**. Dissertação (Mestrado) - PUC, Campinas, 1984.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE – ILANUD. **Violência nas escolas**. **Revista do ILANUD**, n. 16, 2000.

LANTERMAN, Ilana. **Violência e incivilidade na escola**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2000.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n.2, out. 1996.

MIRABETE, J. Fabrini. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2005.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, 5 set. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Abrindo espaço**: educação e cultura para a paz. Brasília: UNESCO, 2001.

PERALVA, Angelina. Escola e violência nas periferias urbanas francesas. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, 2000.

PEREZ GÚSMAN, D. **De ciles, parches, galladas y escuelas: transformaciones en los procesos de socialización de los jóvenes de hoy**. Santafé de Bogotá: CINEP, 1996.

RODRIGUES, Anita Schumann. **Aqui não há violência**: a escola silenciada. Rio de Janeiro: PUC, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal de São Luís. **Mapa da violência e criminalidade**. São Luís: Branas Consultoria, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 58-75, jul. 1998.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Relatório da Conferência Nacional de Saúde**. [Brasília], 2000.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Fala galera – juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Mapa da violência**: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. **Mapa da violência II**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **Mapa da violência IV.** Brasília: UNESCO, 2004.

ZALUAR, Alba (Org.). **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. **Violência e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

Lacerda, Maria Izabel Costa

Violência na escola: das ofensas ao delito penal - uma análise na cidade de São Luís / Maria Izabel Costa Lacerda. _ São Luís, 2007.

90 f.:il.

Impressa fotocópia por computador.

Orientadora: Profa. Dra. Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação Em Políticas Pública, Universidade Federal do Maranhão, 2007.

1. Violência na escola. 2. Direitos Humanos 3. São Luís - Escolas – Segurança I.Título.

CDU 343.6:37.05(812.1)